

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

**DAVI BARCELOS DOS SANTOS**

AVALIAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA IMPRENSA NACIONAL E  
JUSBRASIL COM BASE NOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA FONTES DE  
INFORMAÇÃO NA INTERNET

Rio de Janeiro

2021

DAVI BARCELOS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA IMPRENSA  
NACIONAL E JUSBRASIL COM BASE NOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA  
FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nysia Oliveira de Sá

Rio de Janeiro

2021

## Ficha catalográfica

Santos , Davi Barcelos dos.

BS237a      Avaliação das Fontes de Informação Jurídica  
Imprensa Nacional e Jusbrasil com base nos critérios  
de qualidade para fontes de informação na internet/  
DaviBarcelos dos Santos . -- Rio de Janeiro, 2021.80  
f. il.:

Orientador: Nysia Oliveira de Sá.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de  
Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em  
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação,  
2021.

1. Fontes de Informação. 2. Informação jurídica. 3.  
Critérios de qualidade . I. Sá, Nysia Oliveira de.

II. Título

**DAVI BARCELOS DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA IMPRENSA NACIONAL E  
JUSBRASIL COM BASE NOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA FONTES DE  
INFORMAÇÃO NA INTERNET.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Rio de Janeiro, 26 de Maio de 2021.

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Nysia Oliveira de Sá  
Orientadora

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Marianna Zattar  
Membro interno - Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Danilo Pestana de Freitas  
Membro interno - Banca Examinadora

Dedico este trabalho ao meu eterno tio Toni Barcelos, que faleceu recentemente, vítima de complicações da Covid-19. Sua memória e legado jamais serão esquecidos.

## AGRADECIMENTOS

Em momentos tão difíceis e tristes sob os quais estamos vivendo, há de se ter a necessidade de comemorar cada vitória vivida. Esta é uma delas. Minha gratidão se manifesta na conclusão deste passo tão importante em minha vida. Caminhando para findar mais esta etapa nesta grande instituição que é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dessa maneira, é meu desejo oferecer agradecimento a algumas relevantíssimas pessoas.

Agradeço à minha mãe, Cristina, que com seu jeito afável me incentivou durante todo o caminho percorrido até então e até antes mesmo dessa realidade se concretizar, quando eram apenas desejos e anseios ingressar numa instituição federal de ensino.

Agradeço também a meu pai, Wellington, homem que sempre vi como exemplo de esforço, dedicação e cuidado. Homem de caráter ilibado e pai carinhoso e atencioso. Meus agradecimentos estendem-se a minha irmã, Maria Alice, parceira e cúmplice dos segredos da vida, ombro amigo e confidente.

Agradeço especialmente a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nysia Sá, que mesmo diante de um distanciamento social oriundo desse contexto inédito sob o qual estamos inseridos todos, se fez presente e atenciosa, paciente e sábia em seus apontamentos, dicas, conselhos e falas. Em meu agradecimento a ela também estendo também minha gratidão a todos os professores do CBG pela dedicação profissional, refletidos hoje neste trabalho e especialmente aos professores Dr. Danilo Pestana e Dr<sup>a</sup> Marianna Zattar, que de pronto aceitaram o convite para participar da banca de apresentação deste trabalho e por suas contribuições acerca deste trabalho de conclusão de curso de graduação.

Agradeço às minhas eternas chefes Bibliotecárias Kátia Aparecida e Vera Guilhon por todo o apoio e ensinamentos passados em meus dois anos de estágio na Biblioteca Central do Ministério da Economia no Estado do Rio de Janeiro, sobre o qual estendo meu reconhecimento a todos os funcionários e usuários que tive a oportunidade de atender e que de alguma forma impactaram minha vida acadêmica.

Por fim, rendo graças a Deus por esta oportunidade e realização e agradeço a Universidade Federal do Rio de Janeiro por permitir a estadia, ainda que temporária de mais este filho.

Muito obrigado!!

*“A persistência é o caminho do êxito.”*  
(CHAPLIN, 1997, p. 118)

## RESUMO

O acesso à informação jurídica é de fato um ativo importante para o desenvolvimento individual e social, pois é mediante o acesso aos documentos jurídicos que se começa a ter a compreensão sobre o ganho dos direitos e a necessidade do exercício dos deveres individuais e coletivos como cidadãos. Nesta perspectiva, o presente projeto tem por objetivo avaliar as fontes de informação jurídica Imprensa Nacional e Jusbrasil, fazendo uso dos critérios de qualidade para fontes de informação disponibilizadas na internet. Para tal, os procedimentos metodológicos adotados consistem na pesquisa bibliográfica preliminar para obtenção de subsídios conceituais, na coleta de dados por observação simples da estrutura destes portais e em sua posterior análise de acordo com os indicadores, critérios e subcritérios de qualidade selecionados. A partir das informações obtidas, foram expostas reflexões e recomendações acerca da formulação dos sites e seções selecionados para a pesquisa no tange a estrutura dos sites que foi apresentada, na disponibilidade de recursos e ferramentas que possibilitem a facilitação da recuperação de documentos e informações jurídicas e também na criação e disponibilização de recursos interativos relativos a mídias sociais que permitem uma maior interação entre o usuário ou comunidade de usuários e os sites analisados.

**Palavras-chave:** Fontes de informação. Informação jurídica. Critérios de qualidade de fontes de informação.



## **ABSTRACT**

Access to legal information is in fact an important asset for individual and social development, since it is through access to legal documents that one begins to understand the gaining of rights and the need to exercise individual and collective duties as citizens. From this perspective, the present project aims to evaluate the legal information sources Imprensa Nacional and Jusbrasil, making use of the quality criteria for information sources made available on the internet. To this end, the methodological procedures adopted consist of preliminary bibliographic research to obtain conceptual subsidies, data collection through simple observation of the structure of these portals and their subsequent analysis according to the selected indicators, criteria and quality subcriteria. From the information obtained, reflections and recommendations were exposed about the formulation of the sites and sections selected for the research regarding the structure of the sites that was presented, the availability of resources and tools that facilitate the retrieval of documents and legal information and also the creation and availability of interactive resources related to social media that allow a greater interaction between the user or community of users and the analyzed sites.

**Keywords:** Information Sources. Legal information. Quality criteria for information sources.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Indicadores Extrínsecos de Qualidade de Fontes de Informação na Internet	30
Quadro 2 –	Indicadores Intrínsecos de Qualidade de Fontes de Informação na Internet	31
Figura 1 -	Primeira Seção do Site Imprensa Nacional	34
Figura 2 –	Segunda Seção do Site Imprensa Nacional	34
Figura 3 –	Terceira Seção do Site da Imprensa Nacional	35
Figura 4 –	Quarta Seção do site da Imprensa Nacional	35
Figura 5 –	Quinta Seção do site da Imprensa Nacional	36
Figura 6 –	Recurso Wiki – Software V-Libras	36
Figura 7 –	Tutorial sobre o Aplicativo do Diário Oficial da União	37
Figura 8 –	Recurso page up	38
Quadro 3 –	Quadro de Aplicação dos Critérios Extrínsecos de Qualidade de Fontes no Site da Imprensa Nacional	40
Figura 9 –	Primeira Seção do Site Jusbrasil	42
Figura 10 –	Segunda Seção do Site Jusbrasil	42
Figura 11 -	Terceira Seção do Site Jusbrasil	43
Figura 12 –	Quarta Seção do Site Jusbrasil	43
Quadro 4 –	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da empresa Jusbrasil	46
Quadro 5 –	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da Imprensa Nacional na seção de Diário Oficial da União	53
Quadro 6 –	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da Imprensa Nacional na seção de Legislação	54
Quadro 7 –	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da Imprensa Nacional na seção de Notícias	56
Quadro 8 –	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da empresa Jusbrasil na seção de Diários Oficiais	66
Quadro 9 –	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da empresa Jusbrasil na seção de Legislação	68
Quadro 10 -	Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no site da empresa Jusbrasil na seção de Notícias	69

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.2	PROBLEMA.....	16
1.3	OBJETIVOS.....	16
1.4	JUSTIFICATIVA.....	17
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
	ESTUDO DE USUÁRIO E PRÁTICA	
2.1	INFORMACIONAL.....	19
2.2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	20
2.3	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	21
2.4	AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO.....	24
2.5	CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET.....	23
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
3.1	CAMPO DA PESQUISA.....	26
3.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	27
3.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	27
<b>4</b>	<b>INDICADORES DE QUALIDADE DE FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET.....</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>AVALIAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO JÚRIDICA SELECIONADAS.....</b>	<b>33</b>
5.1	AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS EXTRÍNSECOS DO SITE IMPRENSA NACIONAL.....	33
5.2	AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS EXTRÍNSECOS DO SITE JUSBRASIL.....	41
5.3	AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTRÍNSECOS DAS SEÇÕES DO PORTAL DA IMPRENSA NACIONAL.....	47
5.4	AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTRÍNSECOS DAS SEÇÕES DO PORTAL JUSBRASIL.....	57
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
	<b>ANEXO A – QUADRO DE DOCUMENTOS RECUPERADOS – SITE</b>	<b>76</b>

**DA IMPRENSA NACIONAL.....**  
**ANEXO B – QUADRO DE DOCUMENTOS RECUPERADOS – SITE**  
**JUSBRASIL.....**

## 1 INTRODUÇÃO

O paradigma técnico-científico-econômico da Sociedade da Informação descrita por Castells apresenta uma sociedade com intenso fluxo de conteúdo informacional em diversos suportes, e que pode ser caracterizada por produzir uma rede de informações (CASTELLS, 2000, apud WERTHEIN, 2000, p. 72). A explosão de informações ou fenômeno do “Boom informacional”, ocorrida no período da Segunda Guerra Mundial, onde começaram a ser produzidas e organizadas informações científicas, tinha por objetivo auxiliar os países nas áreas econômicas e militares e permitiu o avanço vertiginoso de circulação de conteúdo. A partir deste fenômeno, novas ferramentas de tecnologia de informação e comunicação foram surgindo, acompanhando a continuidade e intensidade de produção de informações em diferentes suportes. Expostos estes fatos, faz-se necessário, para o desenvolvimento deste trabalho, a apresentação de alguns conceitos basilares do campo do Direito.

O Direito, como ciência e área de atuação profissional, vem sendo construído e modificado constantemente. De acordo com Passos:

[...] a ciência do Direito abrange, praticamente, todas as facetas da vida humana, mesmo antes do seu nascimento até depois da sua morte. Na verdade, o Direito rege a vida em sociedade, deliberando sobre as complexas relações humanas, procurando estabelecer a disciplina social (PASSOS, 1994, p. 363, Apud MIRANDA, 2017, p. 1).

Exemplificando a descrição do autor citado e apresentando uma pesquisa realizada por Amaral et al (2004, p. 2), desde a criação da Constituição Federal de 1988 até o final do ano de 2004, “[...] foram criadas, editadas e organizadas mais de três milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e quatro (3,510,804) [...] normas que padronizam a vidas dos brasileiros. Nesta direção, é de suma importância apresentar os conceitos basilares da área jurídica, visto que, para se viver em sociedade de forma ordeira, bem como para garantir as liberdades individuais e para o pleno exercício de direitos e deveres, é condição sine qua non o acesso e conhecimento da informação jurídica

A informação, por se tratar de um conceito que possui características subjetivas e cognitivas, tem, no campo da Ciência da Informação mais de uma possível definição. Nessa linha, um dos conceitos que podem ser apresentados é o de informação jurídica. Passos (1994, p. 363, apud MIRANDA, 2017, p. 2), diz que a informação jurídica pode ser conceituada como :

[...] toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores,

desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Já Alonso (1998, apud MIRANDA, 2017, p. 78) define de forma mais genérica a informação conceituando como:

[...] qualquer dado ou fato, extraído de toda e qualquer forma de conhecimento da área jurídica, obtido por todo e qualquer meio disponibilizado e que pode ser usado, transferido ou comunicado sem a preocupação de estar integrado a um contexto. É um dado ou qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação.

Como apresentado, este conceito possui mais de uma definição aceita e tendo vista sua franca e rápida expansão, não pode ser compreendido de forma satisfatória ou em sua total plenitude sem fazer uso de uma necessária distinção entre os conceitos de informação jurídica ou de caráter jurídico e documentação jurídica. Uma vez estabelecido o conceito de informação de caráter jurídico como sendo a unidade fundamental ou o dado que contenha qualquer conhecimento já formulado pela área do Direito, pode-se dizer que a documentação jurídica é a materialização deste conhecimento. A concretude da informação jurídica se dá, conseqüentemente, pelo registro documental do conhecimento jurídico, no âmbito da ciência do Direito.

Essa conceituação de documentação jurídica é observada no pensamento de Souza ao dizer que documentos jurídicos ou judiciais são “[...] registros com um determinado valor social e apresentam processos controlados de produção, transmissão e armazenamento [...]” (SOUZA, 2013, p. 120). Dessa maneira, uma vez expostos estes conceitos de forma introdutória, faz-se necessário aprofundar as informações sobre suas tipologias. Ante o que foi exposto, há a necessidade de se apresentar as características deste tipo de informação, que é base do conhecimento jurídico. A informação jurídica é aceita e definida por meio de um tripé informacional categorizado e que pode distinguir a informação jurídica em: Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

#### Sendo a Legislação

o conjunto normativo que regula a convivência social. A Doutrina é o conjunto de princípios expostos nas obras de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. E a Jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da justiça, que produz sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais (MIRANDA, 2004 apud MIRANDA, 2017, p. 80).

Dessa maneira, é de suma importância para a área do Direito a recuperação destas informações que estão presentes nos mais diversos documentos jurídicos, para que o usuário final destas informações obtenha o pleno acesso ao conteúdo informacional, que é base de sua necessidade de informação.

Uma forma de entender como a recuperação de um conteúdo informacional jurídico é relevante, mesmo com tamanho grau de intensidade de produção e quantidade de documentos, é destacar a característica de longevidade da informação jurídica. Sendo uma das características mais relevantes, tendo em vista que “[...] a informação jurídica possui uma validade quase que permanente [...]” (Lopes-Muñiz, 1984, apud MIRANDA, 2017, p. 79), os atos, legislações e normas já passados em vigência, ainda são de grande valia para análises judiciais, pois os mesmo revogados, podem ser aplicáveis e ou servir de subsídio para decisões técnicas e/ou condenatórias que tenham se apresentado sob o período de duração desses atos.

Com o constante avanço da Ciência e o surgimento de novas ferramentas tecnológicas, a relação dialética do homem com a informação vem passando também por mudanças. A criação e ampliação da Internet como principal ferramenta de comunicação, interação e compartilhamento de informações também impacta diretamente na relação informação-usuário. Vergueiro (1997, p 61, apud MIRANDA, 2017, p 85) define a internet e expressa a missão do profissional bibliotecário, ao dizer que a internet é “[...] um conjunto de redes interligadas, com bilhões de dados, sem interesse duradouro”. Cabendo ao bibliotecário avaliar a qualidade e a confiabilidade dos conteúdos, a fim de facilitar a busca e recuperação das informações solicitadas pela comunidade jurídica.

Nessa linha, com o advento da internet, na qual o usuário é ao mesmo tempo produtor e consumidor de informações, onde dados, informações e conhecimentos são compartilhados quase que instantaneamente, não se pode negar os impactos diretos também ocorridos na informação jurídica. Pode-se apresentar, de acordo com Miranda (2017), que os principais impactos dos novos paradigmas de informação, que advém do surgimento da internet e de novas tecnologias de comunicação na informação de caráter jurídico, estão relacionados ao acesso, armazenamento, atualização, pesquisa, custo, divulgação, geração de informação. Valendo-se de um acesso imediato a conteúdos jurídicos que outrora apenas poderiam ser acessados de forma física, com as dificuldades que eram inerentes a esse tipo de acesso, o surgimento das fontes de informação jurídicas eletrônicas possibilitaram maior facilidade, rapidez e precisão na obtenção de informações e conhecimentos da área do Direito. Nesse aspecto, infere-se que os novos impactos da informação jurídica eletrônica podem ser

considerados positivos quanto ao acesso, que permite a obtenção de conteúdos informacionais de forma rápida, de diferentes lugares, sem a necessidade de traslado, eliminando assim possíveis dificuldades geográficas na pesquisa e aquisição de conteúdos.

Podem ser apresentados benefícios também no aspecto do armazenamento. As ferramentas disponíveis nos meios eletrônicos permitem enorme capacidade de inserção, organização e armazenagem de documentos em bancos de dados eletrônicos e também na atualização e divulgação destes conteúdos informacionais jurídicos, posto que, se tratando de uma área com intensa produção de informações, a exemplo: legislações e suas atualizações, jurisprudências e doutrinas sobre temas diversos, a divulgação de forma mais abrangente possibilita atingir camadas sociais que não só as de especialistas nestes assuntos, mas também de outros grupos de pessoas que necessitam de informações jurídicas para determinadas atividades e propósitos, bem como para atualizar o cidadão sobre seus direitos, deveres e obrigações e sobre como exercê-los de maneira completa.

Não obstante da responsabilidade por parte dos profissionais bibliotecários que agora possuem ainda maior relevância na mediação da informação e de suas fontes, visto que diante do contexto informacional atual, faz-se necessário a existência de um profissional especialista na pesquisa, seleção, organização, filtragem e disponibilização de conteúdos relativos à área do Direito, objetivando ao usuário final a plena utilização deste conteúdo por meio de um documento jurídico.

Partindo de uma perspectiva histórica, no “[...] desenvolvimento das atividades dos bibliotecários, várias fases são observadas, a saber: do bibliotecário erudito, do bibliotecário generalista e do especialista”. (BAPTISTA, PASSOS, SOARES, SOUZA, 2017, p. 189) Como também foi apresentado anteriormente, de forma introdutória, o profissional bibliotecário, no âmbito do Direito, inserido no contexto revolucionário das TIC’s, percebe-se que sua característica como mediador informacional tem tomado uma maior proporção em relevância.

Como já dito e observado nas seções anteriores, o cenário de atuação profissional apresenta a necessidade de requisitos e competências específicas, como a constante atualização das normais, legislações, jurisprudências e doutrinas, bem como do conhecimento de termos e assuntos específicos da área e da forma mais correta de encontrar essas informações. Sendo assim, apresentado a uma realidade de produção, transmissão e consumo de informações em massa, que são, per se, geradoras de necessidades informacionais de níveis mais específicos por parte dos usuários, é de grande valia o desempenho de seu papel



profissional e social, sanar a necessidade de informação que lhe é posta em seu dia a dia de trabalho.

A especialização de bibliotecários, com um recorte aos bibliotecários jurídicos, advém do ambiente na qual estão inseridos. O bibliotecário jurídico, como de forma substancial, ainda que concisa, é definido por Passos como sendo “profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente” (2001, apud BAPTISTA, PASSOS, SOARES, SOUZA, 2017, p. 193) tem sua atuação voltada para o intenso aperfeiçoamento, “[...] buscando sempre novos conhecimentos que agreguem valor ao exercício de suas competências através de uma educação continuada no exercício de sua profissão [...]” (SILVA, 2005, p. 24, apud 2001, apud BAPTISTA, PASSOS, SOARES, SOUZA, 2017, p. 193).

Dessa maneira, fica claro que para adquirir habilidades e conhecimentos necessários para a execução de um serviço satisfatório, o profissional necessita buscar seu desenvolvimento profissional e acadêmico, numa perspectiva de aprendizado contínuo. Esse pressuposto pode ser corroborado na apresentação de algumas das competências também requeridas e elaboradas pela American Association of Law Libraries - AALL, cabendo então ao bibliotecário “[...] fornecer serviços de referência qualificados e personalizados, incluindo serviços temáticos especializados em temas jurídicos e não jurídicos e criar ferramentas bibliográficas e de pesquisa sobre tópicos jurídicos em uma variedade de mídias”. (AALL, 2017, tradução nossa).

## 1.2 PROBLEMA

O questionamento que se pretende elucidar com a criação e desenvolvimento deste trabalho de conclusão de graduação é: considerando a estrutura atual das fontes de informação jurídicas JusBrasil e Imprensa Nacional, estas facilitam o acesso e recuperação da informação jurídica?

## 1.3 OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar, com base em critérios de qualidade de fontes de informação, as informações jurídicas disponibilizadas em meio eletrônico pelos portais JusBrasil e Imprensa Nacional.

### Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho de conclusão de graduação consistem em:

- a) Apresentar a estrutura das fontes de informação jurídica dos portais JusBrasil e Imprensa Nacional
- b) Analisar a estrutura das fontes de informação jurídica dos portais citados com base em critérios de qualidade para fontes de informação disponibilizadas na internet.
- c) Apresentar recomendações que facilitem o acesso e a recuperação de informações jurídicas.

### 1.4 JUSTIFICATIVA

Com esta pesquisa, objetiva-se ampliar os debates sobre a avaliação de fontes de informação no âmbito jurídico, considerando a escassez de pesquisas desenvolvidas na área. Nessa linha, a realização deste trabalho também visa contribuir e evidenciar a intensa interdisciplinaridade sob o ponto vista das fontes de informação jurídica entre a área da Biblioteconomia e a área do Direito, ao apresentar características e conceitos que relacionam essas áreas, principalmente na estruturação das fontes que disponibilizam conteúdos informacionais jurídicos, bem como na pesquisa e acesso a esses conteúdos por parte dos usuários finais.

Outro motivo de realização deste trabalho é apresentar subsídios que possibilitem o aprimoramento das fontes de informação selecionadas, de modo a propor soluções para facilitar o acesso às informações.

Ademais, espera-se que as informações e os conceitos apresentados neste trabalho contribuam para o desenvolvimento e aprimoramento dos fazeres bibliotecários no âmbito do Direito, permitindo que profissionais bibliotecários especialistas e atuantes nesta área possam, numa perspectiva de aprendizado contínuo, reciclar seus conhecimentos e obter atualizações

e/ou informações novas que os possibilitem expandir seus conhecimentos na área e oferecer um serviço ainda mais satisfatório e completo aos usuários.

Por fim, somadas as justificativas ora expostas, permite-se colocar, como motivação integrante para a realização deste trabalho sua contribuição social no que tange a elucidação de questões de acesso a conteúdos informacionais jurídicos. Sendo de suma importância a disponibilidade, o fácil acesso e localização por parte dos cidadãos, para que saiem suas necessidades de informação e para que possam usufruir plenamente de seus direitos e também reconhecer a necessidade de exercício de deveres individuais e coletivos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os conceitos relevantes para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de graduação, que são respectivamente: Estudo de Usuários e Necessidade de Informação, Competência em Informação, Fontes de Informação, Fontes de Informação Eletrônica, Fontes de Informação Multimídia, Avaliação de Fontes de Informação, Critérios de Qualidade de Informação na Internet e também uma breve exposição sobre as fontes de informação selecionadas para o desenvolvimento deste trabalho.

### 2.1 ESTUDO DE USUÁRIO E PRÁTICA INFORMACIONAL

O campo de estudos de usuários, no âmbito da Ciência da Informação, possui larga escala histórica de estudos e pesquisas. Começando de forma embrionária nas pesquisas em bibliotecas dos Estados Unidos no século passado, especialmente na década de 1930 até avançar e se disseminar em outros países como Inglaterra e União Soviética, no contexto das Grandes Guerras e do início da construção da comunicação científica. Nessa linha, historicamente, os estudos de usuários apresentaram-se como campo de estudo no surgimento de três temáticas ou modelos de análise: os estudos de uso da informação, os estudos de comportamento informacional e de forma subsequente, o surgimento do modelo de estudo das práticas informacionais (ARAÚJO, 2016).

Os estudos do uso da informação tiveram início, como explicita Araújo (2016) a partir de uma demanda prática, que era a necessidade de conhecimento do perfil de usuários reais e potenciais das unidades de informação, a fim de propiciar a adequação dos serviços ofertas bem como de unificar e organizar o desenvolvimento de coleções das unidades.

Todavia, com o avanço dos estudos e da observação da necessidade de amplitude, novas proposições e modelos começaram a surgir, tendo como principal característica, a descentralização do objetivo dos estudos anteriores, que antes movidos pela perspectiva de otimização de sistemas, dos serviços e de materiais, passa agora a observar, centralizar e focalizar os usuários nos usuários da informação. Os estudos de comportamento informacional dos usuários centraram-se numa perspectiva cognitivista e situacional e valendo-se de metodologias de caráter qualitativo (ARAÚJO, 2016). Ainda assim, a partir da década de 1990, críticas às metodologias e modelos dos estudos comportamentais foram ganhando força. A crítica, baseada na manutenção do cognitivismo como principal conceito de análise dos estudos, não levando em consideração aspectos mais abrangentes como

características sociais e aspectos contextuais da vida individual dos usuários, levaram a criação de uma terceira via de análise dos usuários, bem como de suas necessidades, via esta que se observa no surgimento dos estudos das práticas informacionais.

Dessa forma, a análise das práticas de informação pode ser dimensionada como a “[...] percepção de como o usuário assume distintas condições de sujeito conforme o contexto e também conforme a sua inserção social” (ARAÚJO, 2016, p. 65). Nesta linha de estudo, as vivências, rotinas e interações interpessoais dos usuários são levadas em consideração, tendo em vista que são fatores que, quando analisados, podem indicar as diferenças de atribuição de significados e de interpretações do usuário em relação a sua necessidade de informação, bem como a pertinência ou relevância que o documento ou informação encontrada terá em seu destino final.

## 2.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O estudo da competência em informação tem seu surgimento nos Estados Unidos da América, durante a década de 1970, sendo atribuído a ele o termo “information literacy”. A competência em informação como temática de estudos tinha como ideais iniciais a necessidade de instrução quanto ao uso da informação, bem como de seus suportes e fontes. Dessa forma, a competência em informação (CoInfo) pode ser definida atualmente como “[...] conjunto de habilidades e recursos integrados que permite reconhecer quando a informação é necessária e ter capacidade de localizar, avaliar e utilizar de forma eficaz e ética nas comunidades de aprendizagem” (ZATTAR, 2017, p. 273).

Dessa forma, por meio de um processo educacional de aprendizado, coordenado, sistemático e evolutivo, com o acompanhamento e auxílio de profissionais competentes, são transmitidas e incorporadas ao indivíduo habilidades que o permite adquirir autossuficiência na busca de informações. Dessa forma, numa perspectiva de formação e desenvolvimento individual, pode-se atrelar o conceito de aprendizado ao longo da vida a competência em informação, como ferramenta educacional com o papel direto na “[...] formação de indivíduos, inseridos em um contexto social maior chamado Sociedade da Informação, em que a informação molda as práticas educacionais, trabalhistas e culturais cotidianas” (SILVA, NUNES, TEIXEIRA, 2011, p. 198).

## 2.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

Primariamente, para entendermos as relações que serão estabelecidas no desenvolvimento deste trabalho, faz-se necessário a elucidação de conceitos primordiais e que fundamentam a pesquisa. Nesse sentido, o primeiro conceito necessário à exposição é o de Fontes de Informação.

Araújo e Fachin expressam o conceito de fontes de informação como sendo

Registros utilizados ao longo da vida do ser humano, possibilitando ampliar a visão do mundo em que vive e sobre as coisas que estão a sua volta. No campo científico são aquelas que nos permitem criar, recriar e ter acesso ao conhecimento sobre um assunto ou área de nosso interesse ou pesquisas (ARAÚJO, FACHIN, 2015, p. 84).

De modo a pensar que as fontes de informação atuam como guias para a obtenção de registros dos mais diversos, sobre as mais plurais áreas do conhecimento, uma vez que por elas é permitido o acesso a conteúdos informacionais, possibilitando a continuidade da divulgação e disseminação das áreas do conhecimento e melhor compreensão sobre campos de estudo específicos, seus objetos e assuntos.

Ademais, com o objetivo de ainda explorar o conceito de fontes de informação, é de importância substancial a exposição de sua tipologia. Para isso, são classificadas as fontes de informação em três tipos. De acordo com Blatman, as fontes primárias são aquelas “[...] pertinentes ao produto de informação elaborado pelo autor, por exemplo, artigos, livros, relatórios científicos, patentes, dissertações, teses”. (BLATMANN, 2015, p.1).

Já as fontes secundárias de informação são aquelas que “[...] revelam a participação de um segundo autor, produtor como no caso das bibliografias, os dicionários e as enciclopédias, as publicações ou periódicos de indexação e resumos, os artigos de revisão, catálogos, entre outros” (BLATMANN, 2015 apud ARAÚJO, FACHIN, 2015, p. 84).

E por fim, as fontes terciárias são expostas como “bibliografias de bibliografias, os catálogos de catálogos de bibliotecas, diretórios, entre outros” (BLATMANN, 2015, p. 1).

Diante do avanço tecnológico, a forma de transmitir conhecimentos e informações tem mudado de forma constante e substancial. O fenômeno das novas tecnologias de comunicação e informação se insere nessa linha e atua fortemente em todas as camadas sociais. Nesse cenário é que surgem as fontes de informação eletrônica.

De acordo com McLuhan podem ser conceituados como fontes de informação eletrônica os “[...] meios eletrônicos de informação que utilizam a eletricidade [...]”

(MCLUHAN, 2007, ARAÚJO, FACHIN, 2015, p. 86) e que, diante dessa premissa, podem ser observados em utilização antes do advento da internet ou computadores, sendo fontes de informação eletrônica o rádio e também os aparelhos de televisão, que foram consideradas tecnologias avançadíssimas, cada um à sua época.

Partindo dos fundamentos expostos no tópico anterior, com a continuação dos avanços tecnológicos nas áreas de comunicação e principalmente com a criação do computador individual e tempos depois, da internet ou também denominada rede mundial de computadores, um novo movimento de transmissão de informações foi sendo estabelecido, e fontes de informação em meios digitais ganharam espaço, numa perspectiva de relações em rede no espaço digital, ou ciberespaço.

Dessa maneira, as fontes de informação multimídia podem ser consideradas como “[...] formatos de informações que permitem interagir nessas redes, nas quais os usuários podem ter acesso ao meio digital e conseguir ler, visualizar e também participar com esse meio” (ARAÚJO, FACHIN, 2015, p 89). Nessa linha estão inseridos diversos equipamentos que possibilitam o acesso as fontes, como notebooks, tablets, smartphones e também as mídias sociais comumente conhecidas e difundidas na sociedade, como o Instagram, Facebook, Twitter, Youtube, e no Brasil, o Whatsapp.

#### 2.4. AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

A Sociedade da Informação, que pode ser caracterizada pela explosão e interconexão de informações, possui uma demanda por seleção, filtragem e organização de conteúdo informacional. Como já anteriormente exposto nas seções anteriores, o crescente e incalculável volume de informações, distribuídos nos mais diversos suportes e fontes, sejam físicas, sejam digitais, evidenciam a necessidade de se criar mecanismos que permitam medir e distinguir a qualidade, importância e pertinência das informações, a depender da necessidade do usuário, do indivíduo que a busca.

Dessa forma, a “[...] medição da qualidade é uma forma de classificar e identificar as informações que podem atender melhor aos interesses e necessidades dos usuários” (DUTRA, BARBOSA, 2017, p. 19). A importância da avaliação de fontes informacionais não pode ser compreendida de forma total sem utilização dos conceitos anteriormente expostos neste referencial teórico, uma vez que há a necessidade de se obter subsídios conceituais que permitam a elaboração de metodologias para a avaliação de fontes e conteúdos.

Nesta perspectiva, também pode-se citar a importância de uma avaliação consistente da qualidade de uma fonte tendo em vista que, segundo Barbosa e Dutra (2017), a análise da qualidade garante maior segurança na tomada de decisão individual ou coletiva e permite a seleção de fontes com maior grau de assertividade, que por consequência, propiciarão uma coleta de dados mais satisfatória.

## 2.5. CRITÉRIOS DE QUALIDADE DE FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Sabe-se que a todo o momento são compartilhados e disseminados, nas mais diferentes plataformas e também com os mais distintos formatos, dados e informações na rede mundial de computadores. Uma vez posta esta realidade, pode-se observar no contexto atual uma intensa propagação de informações e conteúdos que não correspondem a realidades e fatos verdadeiros. Informações inverídicas, falsas e conteúdos informacionais prejudicados por falta de uma estrutura adequada para seu compartilhamento “[...] desqualificam informação a que se tem acesso”. (TOMAÉL, ALCARÁ, SILVA, 2016, p. 4).

Nessa linha, é substancialmente importante a avaliação de fontes de informação disponibilizadas na internet mediante critérios de qualidade específicos e comumente aceitos pela comunidade científica.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho de conclusão de curso optou-se por realizar uma pesquisa de nível exploratório, com abordagem qualitativa, tendo em vista que os estudos exploratórios ou “[...] pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Acresce, ainda, que o objetivo principal finca-se na análise e avaliação das fontes de informação com base em critérios de qualidade para fontes de informação multimídia disponibilizadas na internet.

Portanto, para a realização deste trabalho foi efetuada uma pesquisa de natureza bibliográfica, que de acordo com Gil (2008) pode ser constituída mediante a busca e acesso a livros e artigos científicos relacionados ao tema do trabalho acadêmico escolhido. Sendo assim, foram selecionadas como fontes de informação para a pesquisa bibliográfica a Base de Dados em Ciência da Informação – BRAPCI e o Portal de Periódicos Científicos da Capes \_ Portal Capes. O recorte temporal dado à pesquisa de caráter bibliográfico foi estabelecido num período de vinte anos, a contar do ano vigente. Optou-se primariamente pela seleção de livros e artigos científicos com criação e divulgação no período corrido de dez anos, todavia, viu-se a necessidade de ampliação deste recorte temporal para permitir a obtenção de uma maior quantidade de conceitos e definições que pudessem servir de base teórica sólida para a construção do referencial teórico, bem como da argumentação deste trabalho.

Para fins de recuperação da informação bibliográfica selecionada, foram utilizados nas abas de pesquisa simples e pesquisa avançada<sup>1</sup> de ambas as fontes de informação os seguintes termos: fontes de informação jurídica, fonte de informação jurídica, área jurídica, atuação, bibliotecário, Direito, acesso à informação e fonte de informação. É necessário mencionar que na atividade de pesquisa nas abas de pesquisa avançada foram utilizados os operadores booleanos “and” e “or” a fim de se obter uma maior gama de documentos relacionados aos assuntos selecionados.

Subsequentemente, a fim de se obter ferramentas que subsidiassem a análise das fontes de informação jurídica selecionadas para este trabalho de conclusão, optou-se em um norteamento por meio dos critérios estabelecidos por Tomaél, Alcará e Silva(2016). A seleção dos indicadores e critérios elencados se deu mediante análise prévia, onde foi possível definir

---

<sup>1</sup> Mecanismos de busca comuns às duas fontes de informação selecionadas. Na aba de busca simples, realiza-se a pesquisa por um ou mais de um termo. Na aba de busca avançada, realiza-se a pesquisa por um ou mais de um termo, bem como de suas variações com uso de operadores de pesquisa, por recorte temporal e por especificidade de materiais.

a viabilidade da aplicação dos indicadores em cada portal, mediante a técnica de coleta e análise de dados que foram apontados neste trabalho.

Sendo assim, partindo dos indicadores e critérios para a análise desta pesquisa, Tomaél e Alcará (2016) os dividem inicialmente em dois aspectos: o aspecto extrínseco, que se relaciona diretamente com as características externas e de funcionalidade das fontes de informação selecionadas, e o aspecto de caráter intrínseco, que está ligado de forma direta aos conteúdos que são disponibilizados nas fontes de informação escolhidas para a pesquisa. Dessa maneira, foram selecionados, a partir destas duas divisões, os indicadores de qualidade e seus respectivos critérios que serão expostos abaixo.

Nos aspectos extrínsecos das fontes de informação escolhidas foram selecionados os indicadores, com a especificidade de seus critérios em:

- a) Acessibilidade: disponibilidade; interpretação; auxílio de uso; agilidade.
- b) Usabilidade: consistência da interface; funcionalidade da fonte de informação; estrutura da fonte de informação; design.

Já nos aspectos intrínsecos das fontes de informação escolhidas, bem como dos documentos selecionados para a pesquisa, foram selecionados os indicadores bem como seus critérios listados a seguir:

- a) Atualização: datas de publicação; links ativos; atualidades das informações; indícios de preocupação com a manutenção da fonte.
- b) Credibilidade: autoridade; confiabilidade; responsabilidade.
- c) Estabilidade: possibilidade de recuperação.
- d) Representação: formato; adequação de representação de assunto; representação concisa e consistente
- e) Interatividade: conectividade em tempo real.

Para aplicar a avaliação dos critérios foram elaborados códigos, que estarão dispostos em um quadro avaliativo, a fim de se possibilitar a observação da existência dos critérios em cada indicador selecionado. Dessa forma, estabeleceu-se como sendo: C - Contém o critério ou subcritério, ainda C/P – Contém Parcialmente o critério ou subcritério e sendo N/C – Não contém o critério ou subcritério.

### 3.1 CAMPO DA PESQUISA

Para a realização deste trabalho, foram selecionadas duas fontes de informação jurídica distintas: Portal JusBrasil e o Portal da Imprensa Nacional do Governo Brasileiro

Já o Portal Jusbrasil, da empresa que também possui o mesmo nome, atua na “[...] cobertura das fontes: Judiciário, Tribunais Superiores Federais e Estaduais” (JUSBRASIL, 2021). Também disponibiliza gratuitamente o acesso a artigos, notícias, modelos e peças, julgamentos, leis e diários oficiais. Dessa forma, tem seu destaque na disponibilização de diferentes tipos de informações no âmbito do direito.

Por fim, a Imprensa Nacional, órgão que faz parte da estrutura governamental da Presidência da República, localizada especificamente na Casa Civil, tem como atribuições “[...] publicar os atos oficiais da administração pública federal por meio do Diário Oficial da União, executar trabalhos gráficos destinados a órgãos e entidades da administração pública federal e coordenar as atividades relacionadas ao Museu e à Biblioteca da Imprensa Nacional [...]” (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2021). Tem seu portal também como o mesmo nome e nele são publicados todos os atos da administração pública federal, como leis, decretos, resoluções, instruções, normativas, atos administrativos e também instrumentos contratuais, como acordos, contratos, termos aditivos e editais públicos. Consiste em ser a principal fonte de informação que apresenta as atividades do Governo Federal Brasileiro.

Para a escolha destas fontes de informação, foram levados dois aspectos em consideração: utilização destas fontes de informação em minha experiência como estagiário e a percepção da escassa divulgação destas fontes como ferramentas que permitem a obtenção de documentos jurídicos. Nos dois anos de estágio na Biblioteca Central do Ministério da Economia no Estado do Rio de Janeiro tive a oportunidade de trabalhar com as fontes selecionadas de forma intensa e contínua, motivo pelo qual surgiram questionamentos relacionados à sua estrutura como fontes de informação e sobre como uma possível avaliação destas fontes poderia ser realizada. Também foi observado neste período de experiência que estas fontes de informação jurídica não são amplamente difundidas, tanto no meio jurídico, para usuários que já possuem familiaridade com a área, quanto a usuários que não fazem parte deste campo, mas que necessitam de informações jurídicas para alguma necessidade informacional específica.

### 3.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Optou-se pela observação simples da estrutura das fontes de informação selecionadas e sua posterior avaliação com base na análise qualitativa dos dados obtidos segundo os parâmetros de qualidade para fontes de informação disponibilizadas na internet.

### 3.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Foram selecionadas para a realização deste trabalho, dentre o universo das fontes de informação jurídica disponibilizadas na internet duas fontes de informação distintas, que são respectivamente os portais: JusBrasil e Imprensa Nacional.

Dessa forma, a partir do universo das duas fontes de informação selecionadas para a pesquisa, mediante amostragem por acessibilidade, que de acordo com Gil (2008), pode ser aplicada a amostras em estudos exploratórios e qualitativos, foi definida a amostra como sendo, respectivamente, três seções comuns aos portais, sendo elas: seção de diários oficiais, seção de legislação e seção de notícias. A fim de se verificar a consistência e qualidade das informações das fontes e também para viabilizar a pesquisa, houve necessidade de realizar um recorte específico de assuntos.

Portanto, mediante escolha individual foram selecionados para análise, a partir da amostra escolhida, tendo em vista sua alta relevância e atualidade, documentos que continham os assuntos: **Pandemia**, **Coronavírus** e **Covid-19**. Para se obter ainda uma maior especificidade, foram escolhidos, na seção de diários oficiais comuns as fontes selecionadas, os atos administrativos com a assinatura do Presidente da República Federativa do Brasil e do Ministro de Estado da Saúde relacionados aos assuntos escolhidos. A seleção dos documentos de atos administrativos do Presidente da República e do Ministro de Estado justifica-se pela importância hierárquica dos atores envolvidos na estrutura da Administração Pública Federal, que pode produzir, nas decisões contidas nos documentos, aspectos legais vinculantes, como repasse de verbas, empenhos orçamentários e diretrizes administrativas.

Também foi de igual forma escolhidos, na seção de legislação presentes nas duas fontes de informação, os atos normativos relacionados aos assuntos selecionados para análise, o que se deu também na seção de notícias, também inclusa nos dois portais indicadores anteriormente. Para a viabilidade da realização da análise dos documentos e das fontes, optou-se por definir um período de trinta dias corridos, a contar do primeiro dia do mês de março do ano de 2021, até o dia trinta e um do mês de março do mesmo ano.

Tendo em vista a grande quantidade de informações, abrangendo uma gama diversa de assuntos, o que poderia inviabilizar a realização de uma análise completa das fontes em tempo hábil para finalização do projeto de conclusão de graduação, a necessidade de especificidade e categorização dos tipos de assunto e de documentos se mostrou necessária para viabilizar a pesquisa. De modo semelhante, a seleção dos assuntos da amostra para análise se justifica, como citado anteriormente, na substancial relevância que os assuntos escolhidos possuem para a sociedade civil, tendo em vista a atualidade desses assuntos e da necessidade de divulgação e publicidade das informações desses temas.

#### **4 INDICADORES DE QUALIDADE PARA FONTES DE INFORMAÇÃO NA INTERNET**

Para melhor compreensão da avaliação posterior que se deu no âmbito deste trabalho, faz-se necessário subsidiar o processo de avaliação com a apresentação dos indicadores selecionados para a pesquisa. Tomaél, Alcará e Silva (2016), em seu livro *Fontes de Informação Digital*, realizam um estudo sobre fontes de informação na internet e propõem a categorização de indicadores de qualidade em parâmetros extrínsecos e intrínsecos.

Segundo Tomaél, Alcará e Silva (2016, p. 31), os aspectos extrínsecos estão “[...] relacionadas às características externas e de função da fonte de informação disponível no ambiente virtual.” Não se revela, portanto, neste aspecto, indicadores avaliativos que analisem especialmente os documentos recuperados, mas sim que indiquem possibilidades de avaliação de aspectos mais gerais e de construção das fontes de informação. Já os aspectos intrínsecos segundo as autoras, possuem relação direta com os conteúdos informacionais que são recuperados ou encontrados nas fontes de informação digital, e podem ser objeto de análise de qualidade de conteúdo, posto que relacionados as necessidade de um usuário individual ou um grupo ou comunidade de usuários Tomaél, Alcará e Silva (2016).

Nos indicadores por sua vez estão apresentados os critérios avaliativos de qualidade, sendo ainda pormenorizados em subcritérios de avaliação. Para facilitação da compreensão, serão apresentados os indicadores selecionados para a pesquisa, valendo-se de seus respectivos critérios e descrições, que seguem nos quadros abaixo.

QUADRO 1 – Indicadores Extrínsecos de Qualidade de Fontes de Informação na Internet

<b>INDICADORES EXTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>a) Acessibilidade:</b>	Interpretação	A informação disponível na fonte necessita ser e compreensível em idioma e legível para todos os usuários, inclusive os que possuem dificuldade ou deficiência de qualquer natureza.
	Auxílio de Uso	Disponibilização de orientações de uso do sistema ou da interface da fonte de informação
	Agilidade	Disponibilização de recursos para diminuir o tempo gasto ou amenizar a dificuldade na obtenção da informação.
<b>a) Usabilidade:</b>	Consistência da interface	Coesão estrutural entre os elementos que compõem a interface da fonte de informação e o conteúdo informacional disponibilizado.
	Funcionalidade da fonte de informação	Tempo de resposta e carregamento da fonte de informação e coerência de sentido entre as ferramentas empregadas para a obtenção de conteúdo.
	Estrutura da fonte de informação e design	Coerência entre texto, cores e plano de fundo; Estruturação de menus para facilitar a navegação e localização das informações; Verificação da existência de propaganda, popups, animações ou son.

Fonte: adaptado de Tomaél, Alcará e Silva (2016).

QUADRO 2 - Indicadores Intrínsecos de Qualidade de Fontes de Informação na Internet

<b>INDICADORES EXTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação	Data em que a publicação foi disponibilizada
	Atividade e funcionalidade de Links	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade.
	Atualidade das Informações	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal.
	Manutenção das Fontes	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte de informação.
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte.
	Confiabilidade	Autor, organizador ou compilador com reconhecida credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente.
	Responsabilidade	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL.
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário.
<b>d) Representação</b>	Formato	Consistência no emprego de padrões, normas e metadados.



	Adequação da Representação de Assunto	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto
	Representação Concisa e Consistente	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento.
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real	Existência de recursos de comunicação com usuários, por meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais.

Fonte: adaptado de Tomaél, Alcará e Silva (2016).

## 5 AVALIAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO JÚRIDICA SELECIONADAS

Neste capítulo e em suas seções, será apresentada e avaliada a estrutura da primeira página do portal de publicações do órgão de comunicação governamental brasileiro chamado Imprensa Nacional e do site Jusbrasil. Optou-se por apresentar a estrutura da primeira página tendo em vista que de acordo com as navegações realizadas por este autor, a fim de se obter informações para a pesquisa, foram observadas mudanças de layout e estrutura dos portais, levando em muitas das vezes para outras páginas e até sites distintos. A apresentação da estrutura será feita por meio da descrição de cada critério e a avaliação se dará por meio da apresentação de um quadro, contendo os códigos elaborados e aplicados para cada critério. Além da avaliação dos aspectos extrínsecos relacionados às fontes de informação selecionadas para este trabalho, optou-se por se avaliar os indicadores intrínsecos da fonte, relacionados os documentos e conteúdos as quais se propõem a disponibilizar.

Dessa maneira, por meio de pesquisas nas seções de diário oficial da união/diários oficiais, na seção de legislação e na seção de notícia, presentes nos dois sites selecionados para a pesquisa, foram encontrados, respectivamente: na seção de diário oficial da união do site da Imprensa Nacional, dezoito (18) documentos, na seção de legislação do site da Imprensa Nacional, vinte e quatro (24) documentos e na seção de notícias, com os termos selecionados para a pesquisa, não foram encontrados nenhum documento no período disposto.

Já no site da empresa Jusbrasil, na seção de diários oficiais foram encontrados vinte e quatro (24) documentos. Na seção de legislação do mesmo site foram recuperado quatorze (14) documentos e na seção de notícias do site Jusbrasil, foram recuperados sete (7) documentos.

### 5.1. AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS EXTRÍNSECOS DO SITE IMPRENSA NACIONAL

#### A. Indicador de Acessibilidade

##### a) Critério de interpretação da estrutura

Estrutura majoritariamente em cor branca, com especificidades tipográficas em nuances de cor azul, desde a barra superior ou header do site, como também na aba de pesquisa simples e avançada localizada ao centro e também nos blocos de informação relacionados ao Diário Oficial da União, localizados na parte central do site.

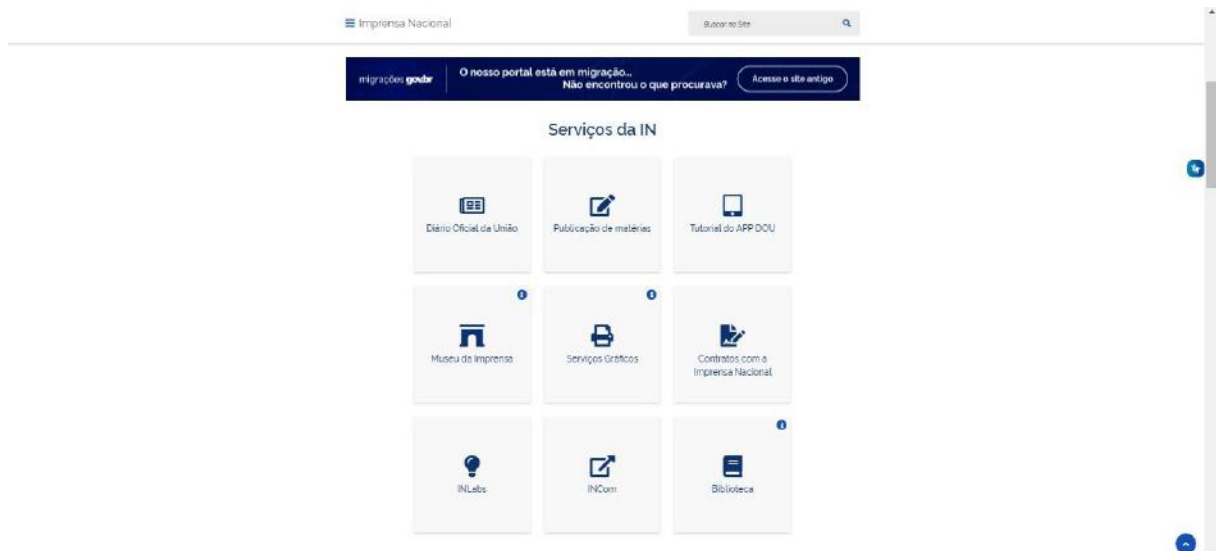
**Figura 1 – Primeira Seção do Site Imprensa Nacional**



Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Observa-se também uma divisão por blocos de informação, sendo este primeiro o Menu de Serviços ofertas pela Imprensa Nacional, durante a seção principal do site.

**Figura 2 – Segunda Seção do Site Imprensa Nacional**



Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Encontram-se na terceira seção do site links para notícias relacionadas a administração pública federal e também a possibilidade de navegação e pesquisa sobre a agenda de funcionários do governo federal.

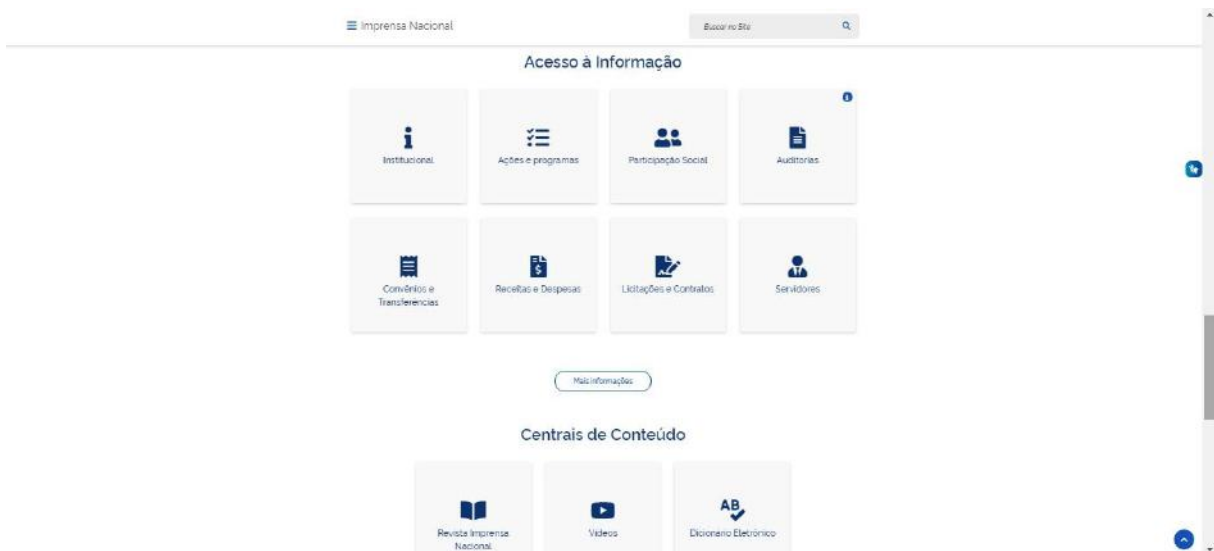
**Figura 3 – Terceira Seção do Site da Imprensa Nacional**



Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Observa-se na quarta seção a continuidade dos blocos de informações disponibilizados pelo site, com a distinção entre os menus de acesso a conteúdos informacionais que possam interessar ao usuário, denominado “Acesso a Informação” e o segundo menu chamado de “Centrais de Conteúdo”.

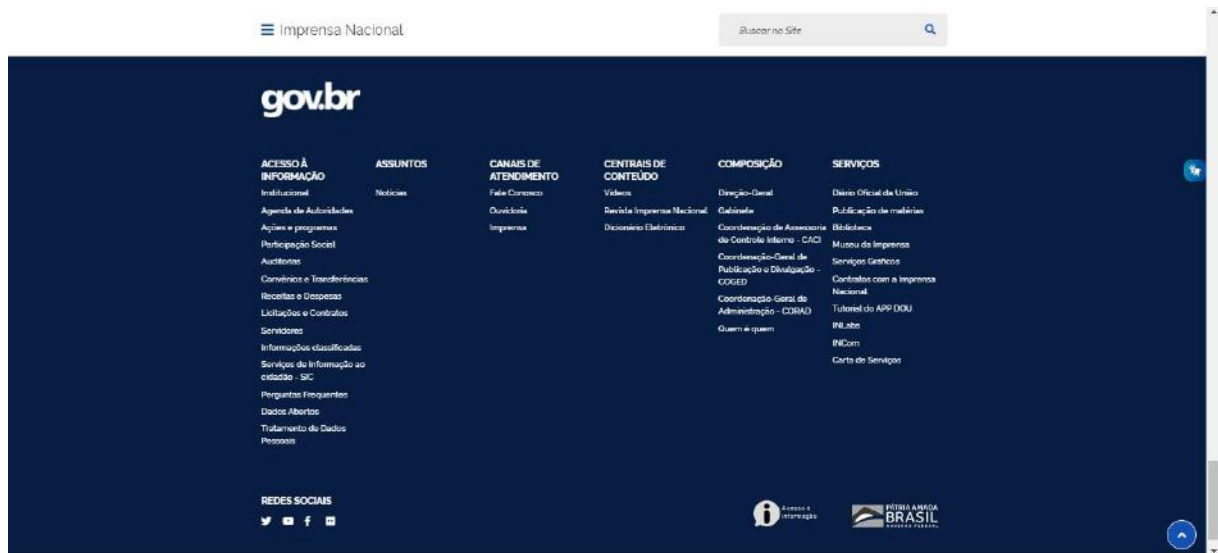
**Figura 4 – Quarta Seção do site da Imprensa Nacional**



Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Por último, listas de assuntos localizadas no rodapé do portal encontram-se legíveis e distintas as palavras, termos e enunciados distribuídos ao longo do portal

**Figura 5** – Quinta Seção do site da Imprensa Nacional



Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Possui no canto direito de sua estrutura principal uma ferramenta interativa denominada Wiki, fazendo uso do software de tradução V-Libras, para o usuário com dificuldade ou deficiência auditiva.

**Figura 6** – Recurso Wiki – Software V-Libras



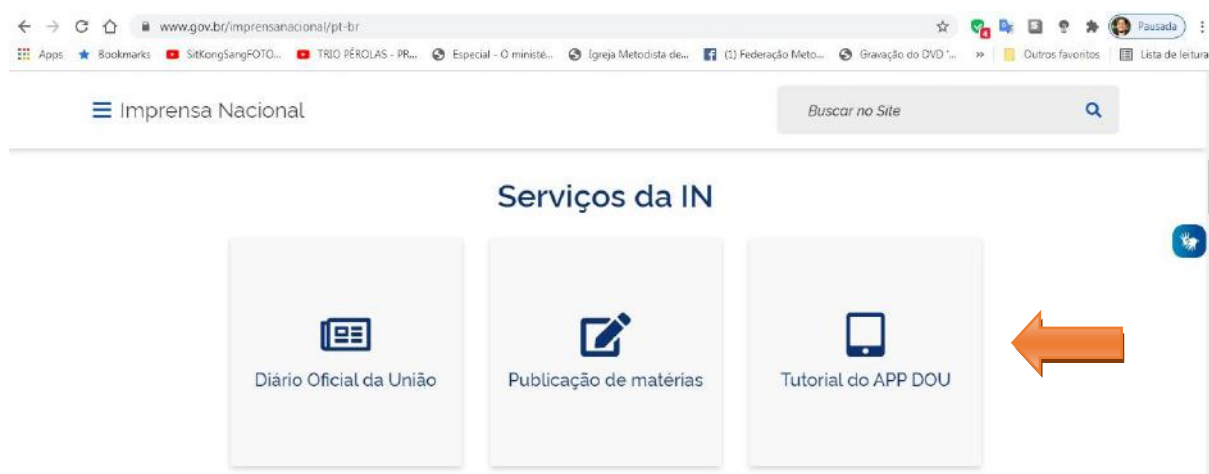
Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Não possui recursos interativos para usuários portadores de dificuldades ou deficiência visual, como voxdox e outros. Não possui outro recurso interativo para usuários portadores de outras dificuldades ou deficiências. Compreensão e entendimento considerando o idioma: todo o portal encontra-se em língua portuguesa, o que permite a compreensão para nativos e dominantes do português.

b) Critério de auxílio de uso:

Possui apenas tutorial ou manual de orientação localizado na estrutura de bloco de informações presente no portal sobre a utilização do aplicativo APP DOU.

**Figura 7** – Tutorial sobre o Aplicativo do Diário Oficial da União



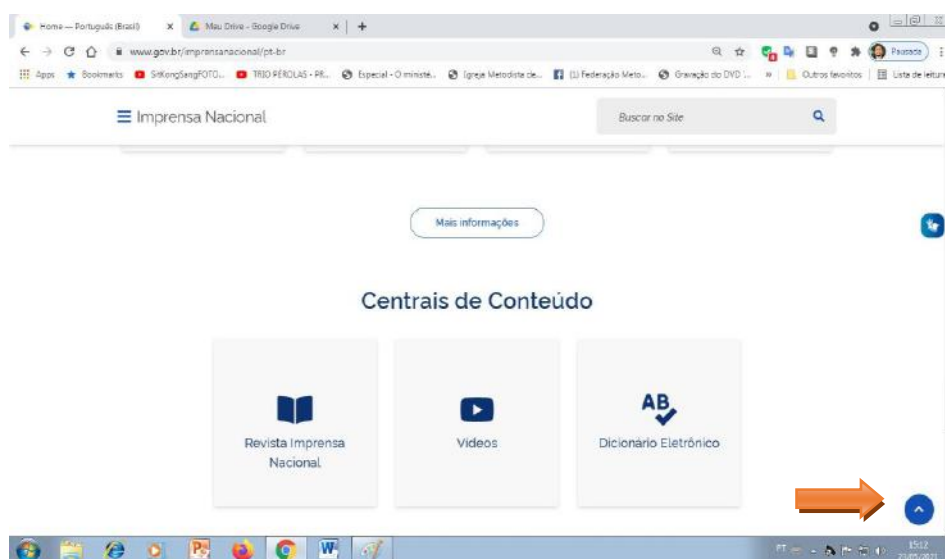
Fonte: Imprensa Nacional (2021).

Não possui outro manual de orientação ou tutorial sobre outros recursos ou forma de utilização do próprio portal.

c) Critério de agilidade:

Recurso de "page up", no canto inferior direito do site, que quando acionado, redireciona o usuário automaticamente ao começo ou a parte principal do portal

**Figura 8 – Recurso Page up**



Fonte: Imprensa Nacional (2021).

## B. Indicador de Usabilidade

### a) Critério de consistência da interface

Verifica-se coesão/clareza estrutural em relação aos termos, blocos de informações, cabeçalhos de assunto e seções primárias com os documentos encontrados e selecionados.

### b) Critério de funcionalidade da fonte de informação

Com velocidade de internet em 12MB, utilizando-se um cronômetro, observaram-se os seguintes tempos de resposta: para o *header* do site aproximadamente onze segundos (11s) para abertura de link, para barra de pesquisa simples e avançada aproximadamente sete segundos (7s) para abertura de link, para os blocos de assuntos: aproximadamente três segundos (3s) para abertura de link para lista de assuntos no rodapé da página: aproximadamente sete (7s) para abertura de link.

### c) Ferramentas empregadas e coerência:

O portal é estruturado com cabeçalho de assunto que permite a navegação por outras páginas e também uma barra de pesquisa de assunto no cabeçalho ou header do site. Possui também barra de pesquisa simples e avançada dos Diários Oficiais da União, localizando-se no centro do site. Possui abaixo da barra de pesquisas, seções em bloco de informações/assuntos que permitem a navegação por meio de links e o acesso a outros serviços oferecidos pelo site. Por fim, em seu rodapé, possui uma lista ordenada de assuntos, contendo uma categoria de assunto principal em destaque e logo abaixo suas sub-categorias. Verifica-se coerência ou relação entre as ferramentas apresentadas para a pesquisa e navegação do site em relação aos assuntos nelas dispostos e documentos encontrados.

#### d) Critério de Design

Em relação aos textos e caracteres, observa-se o uso predominante de termos curtos, com diferentes tipo de tamanhos de texto, no decorrer do site. Observa-se o uso de recurso textual Negrito para destacar alguns termos e seções.

Sobre as cores e plano de fundo: plano de fundo do site na cor branca, o que permite um destaque e clareza satisfatórios aos textos que estão em primeiro plano. Uso da cores da bandeira nacional brasileira em todo o site: branco na estrutura de fundo, diferentes tons da cor azul em e uma tonalidade da cor branca em todos os textos, barras de pesquisa e de informações. Uso da cor amarela para destaque no bloco de informações relacionados a pesquisa de calendário e agenda de servidores públicos. Uso da cor verde, amarela e azul no logotipo do Governo Federal.

Relativo à estruturação de Menus, observa-se que apesar do detalhamento das 5 partes do site, ele pode ser dividido em três grandes seções ou menus, sendo primeiro localizado no cabeçalho do site, com seções primárias de pesquisa, que levam a abertura de outras seções ainda na mesmo site. Sendo a segunda seção localizada em toda parte central do site, contendo barra de pesquisa que permite localização de documentos específicos no Diário Oficial da União, bem como o uso de blocos de informação ou assunto, que permitem a navegação do usuário por meio da abertura de novas páginas ainda no site. O terceiro menu está localizado no rodapé da página principal do site, onde se encontram listas de assunto ordenados por categoria principal e subcategorias.



No tocante a propriedade de propaganda, popup, animação ou sons: Não foi observada a abertura de propaganda de nenhum tipo durante a navegação pelas páginas e seções do site. Não foi observada a abertura de popups durante a navegação pelas páginas e seções do site. Não foram observadas animações ou transições ou imagens em movimento, sons ao clicar em itens diversos, durante a navegação pelas páginas ou seções do site.

**Quadro 3** – Quadro de Aplicação dos Critérios Extrínsecos de Qualidade de Fontes no Site da Imprensa Nacional

INDICADORES EXTRINSECOS	CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
<b>a) Acessibilidade:</b>	Interpretação (C/P)	A informação disponível na fonte necessita ser e compreensível em idioma e legível para todos os usuários, inclusive os que possuem dificuldade ou deficiência de qualquer natureza. (C/P).
	Auxílio de Uso (C/P)	Disponibilização de orientações de uso do sistema ou da interface da fonte de informação (C/P)
	Agilidade (C/P)	Disponibilização de recursos para diminuir o tempo gasto ou amenizar a dificuldade na obtenção da informação (C/P).
<b>b) Usabilidade:</b>	Consistência da interface (C)	Coesão estrutural entre os elementos que compõem a interface da fonte de informação e o conteúdo informacional disponibilizado. (C).
	Funcionalidade da fonte de informação (C)	Tempo de resposta e carregamento da fonte de informação e coerência de sentido entre as ferramentas

		empregadas para a obtenção de conteúdo (C).
	Estrutura da fonte de informação e design (C)	Coerência entre texto, cores e plano de fundo; Estruturação de menus para facilitar a navegação e localização das informações; Verificação da existência de propaganda, popups, animações ou son. (C).

Fonte: elaboração própria (2021)

## 5.2. AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS EXTRÍNSECOS DO SITE JUSBRASIL

Nesta seção, também será apresentada e avaliada a estrutura da primeira página do portal de publicações comerciais chamado Jusbrasil. Escolheu-se por apresentar a estrutura da primeira página posto que de acordo com as navegações realizadas foram observadas mudanças de layout e estrutura do portal. A apresentação da estrutura se dará por meio da descrição de cada critério e posterior avaliação por meio da apresentação de um quadro, contendo os códigos elaborados e aplicados para cada critério e subcritério.

### A. Indicador de Acessibilidade

#### a) Critério de interpretação da estrutura

Os termos, palavras e frases encontram-se dispostos no site de maneira organizada por uma estrutura em seções ou menus de forma legível a usuários que não possuam dificuldades ou deficiências visuais, verifica-se que a informação legível e compreensível. É observado na composição da estrutura do site, 4 seções ou menus distintos. Sendo o primeiro localizado no cabeçalho ou header do site, onde constam submenus com termos únicos para navegação e utilização dos serviços, constando também a barra principal de pesquisa simples e avançada do portal

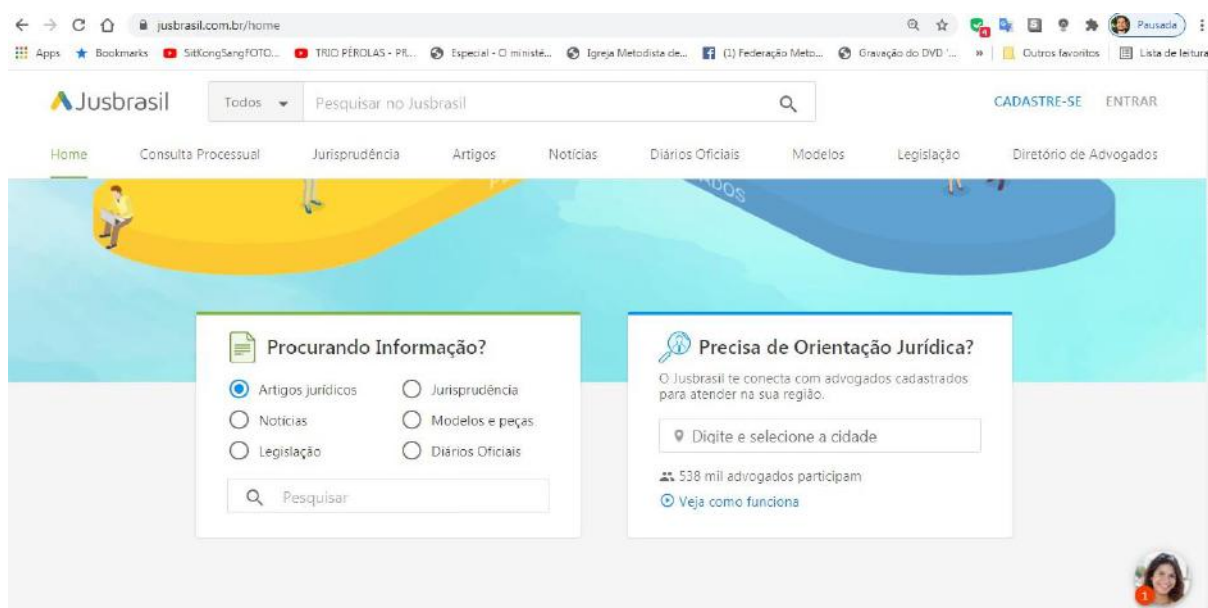
**Figura 9- Primeira Seção do Site Jusbrasil**



Fonte: Site Jusbrasil (2021)

O segundo menu está localizado na parte central do site e tem composição de imagem ilustrativa/arte e por mais duas barras de pesquisa denominadas "Procurando Informação" e "Precisa de Informação Jurídica?".

**Figura 10 – Segunda Seção do Site Jusbrasil**



Fonte: Site Jusbrasil (2021)

O terceiro menu é apresenta exclusivamente de comentários/opiniões de usuários diversos sobre a utilização do site.

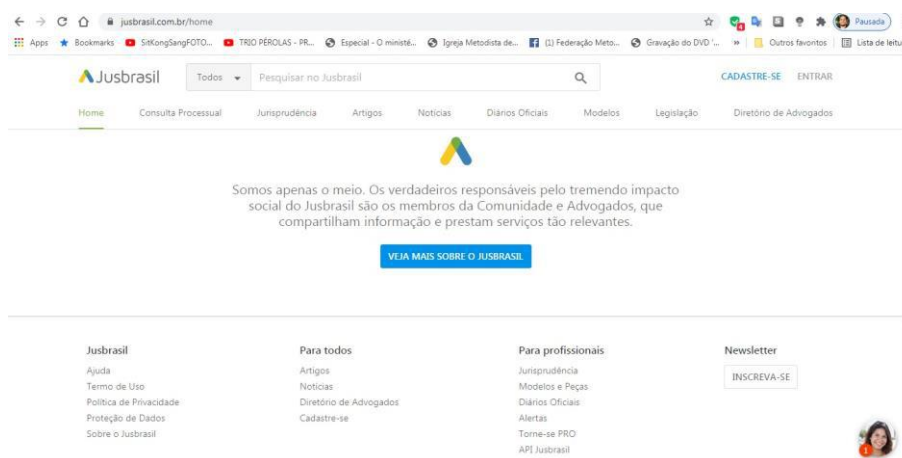
**Figura 11 – Terceira Seção do Site Jusbrasil**



Fonte: Site Jusbrasil (2021)

O quarto menu está localiza-se no rodapé da página principal do site, onde são encontradas listas de assunto organizados por categoria principal e subcategorias para navegação.

**Figura 12 – Quarta Seção do Site Jusbrasil**



Fonte: Site Jusbrasil

Em relação a recursos para usuários com alguma dificuldade ou deficiência: ausência de qualquer recurso ou ferramenta para usuários que possuam alguma dificuldade ou deficiência visual, auditiva ou outras. Relativo a compreensão à nível de idioma: todo o site é estruturado em língua portuguesa, o que facilita a compreensão para usuários nativos e não nativos mas que possuam domínio relativo da língua.

b) Critério de auxílio de uso

Possui um tutorial em vídeo explicativo sobre o um recurso de busca denominado "Precisa de Informação Jurídica?". Não possui nenhum outro manual de orientação do sistema ou da interface da fonte.

c) Critério de agilidade

Possui recursos de busca denominados "Procurando Informação" e "Precisa de Informação Jurídica?" centralizados no site, permitindo uma pesquisa adicional além da que pode ser realizada na barra de pesquisas principal, localizada no cabeçalho ou header do site.

## B. Indicador de Usabilidade

a) Critério de consistência da interface

Verifica-se coesão/clareza estrutural em relação aos termos, menus de assunto, barras e abas de pesquisa em relação aos documentos encontrados bem como de seus assuntos.

b) Critério de funcionalidade da fonte de informação

Com velocidade de internet em 12 Megabytes por segundo (Mbps), utilizando-se um cronômetro, observou-se que os tempos de respostas de carregamento ficam em: para o cabeçalho ou header do site aproximadamente quatro segundos (4s) para abertura de página, para a barra principal de pesquisa simples e avançada aproximadamente dois segundos (2s) para abertura de página. Para a barra adicional de pesquisa "Procurando Informação" aproximadamente três segundos (3s) para a abertura de nova página.

Para a barra adicional de Pesquisa "Precisa de Informação Jurídica?" aproximadamente três segundos 3s para abertura de nova página e também para as listas de assuntos no rodapé da página, aproximadamente cinco segundos (5s) para abertura de nova página.

Em relação às ferramentas empregadas disponibilizadas para a pesquisa e coerência: o portal é estruturado com cabeçalho de assunto que permite a navegação por outras páginas por meio de cliques em uma das seções ou menus principais do cabeçalho. Possui também a barra de pesquisa de assunto simples e avançada já localizada no cabeçalho e também barra de pesquisa adicional, localizada centro do site e barra de pesquisa/consulta a advogados para fins de solicitação de serviços advocatícios.

Por fim, em seu rodapé, possui uma lista ordenada de assuntos, contendo uma categoria de assunto principal em destaque e logo abaixo suas subcategorias. Verifica-se coerência ou relação entre as ferramentas apresentadas para a pesquisa e navegação do site em relação aos assuntos nelas dispostos e documentos encontrados.

#### c) Estrutura da Fonte de Informação e Design

Em relação aos textos e caracteres, verifica-se a existência de termos e assuntos específicos, com diferentes tamanhos dos caracteres tipográficos. Também é observado o uso de enunciados e textos na seção principal de apresentação do portal, bem como na seção de comentários, respectivamente.

Sobre cores e planos de fundo utilizados: o plano de fundo do site em questão pode ser dividido em duas partes, sendo a primeira e de maior tamanho, a existência de uma imagem ilustrativa/arte criada para exemplificar a missão ou objetivo principal do site, que é oferecer aos usuários conteúdos/informações jurídicas e também serviços jurídicos por meio de consulta a advogados. A segunda parte do plano de fundo constitui-se majoritariamente composta na cor branca, tomando toda a estrutura do site onde não está afixada a imagem ilustrativa. Também é observada a utilização das cores da bandeira nacional brasileira na composição do logotipo da empresa Jusbrasil, presente no portal, bem como na ilustração/imagem/arte localizada na parte central do site e também nas barras de pesquisas também centralizadas no portal.

Relativo à estruturação de menus: é observado na composição da estrutura do site, quatro seções ou menus distintos, sendo o primeiro localizado no cabeçalho ou header do site, onde constam submenus com termos únicos para navegação e utilização dos serviços,

constando também a barra principal de pesquisa simples e avançada do portal. O segundo menu localiza-se na parte central do site e é composto por imagem e pelas duas barras de pesquisa denominadas "Procurando Informação" e "Precisa de Informação Jurídica?".

O terceiro menu é composto exclusivamente de comentários/opiniões de usuários diversos sobre a utilização do site. Não há nessa seção a existências de barras ou abas de pesquisa nem listas ou categorias de assuntos para pesquisa. O quarto menu está localizado no rodapé da página principal do site, onde se encontram listas de assunto ordenados por em categoria principal e subcategorias para pesquisa/navegação

No tocante a propriedade de propaganda, popup, animação ou sons: não foi observada a abertura de propaganda de nenhum tipo durante a navegação pelas páginas e seções do site. Não foi observada a abertura de popups durante a navegação pelas páginas e seções do site. Não se verificaram animações ou transições ou imagens em movimento durante a navegação pelas páginas e seções do site. Foi observada a existência de imagem/vídeo ilustrativo e sons ao clicar no item "Veja Como Funciona" da barra de pesquisa e consulta a advogados.

**Quadro 4** – Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da  
Empresa Jusbrasil

<b>INDICADORES EXTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>b) Acessibilidade:</b>	Interpretação (C/P)	A informação disponível na fonte necessita ser e compreensível em idioma e legível para todos os usuários, inclusive os que possuem dificuldade ou deficiência de qualquer natureza. (C/P).
	Auxílio de Uso (C/P)	Disponibilização de orientações de uso do sistema ou da interface da fonte de informação (C/P)
	Agilidade (C)	Disponibilização de recursos para diminuir o tempo gasto ou amenizar a dificuldade na obtenção da informação (C).
<b>c) Usabilidade:</b>	Consistência da interface (C)	Coesão estrutural entre os elementos que compõem a

		interface da fonte de informação e o conteúdo informacional disponibilizado. (C).
	Funcionalidade da fonte de informação (C)	Tempo de resposta e carregamento da fonte de informação e coerência de sentido entre as ferramentas empregadas para a obtenção de conteúdo (C).
	Estrutura da fonte de informação e design (C)	Coerência entre texto, cores e plano de fundo; Estruturação de menus para facilitar a navegação e localização das informações; Verificação da existência de propaganda, popups, animações ou son. (C).

Fonte: elaboração própria (2021).

### 5.3. AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTRÍNSECOS DAS SEÇÕES DO PORTAL DA IMPRENSA NACIONAL

A avaliação se dará por meio da exposição dos critérios e subcritérios selecionados para a seção de Diário Oficial da União.

#### A. Indicador de atualização

##### a) Critério de data de disponibilização/publicação

As datas de publicação dos documentos constarão no anexo do trabalho. Todavia, verifica-se a colocação/apresentação em todos os documentos recuperados, da data de edição do documento e sua data de publicação oficial. Observa-se diferenças entre datas de edição dos documentos e sua posterior publicação.



b) Critério de atividade e funcionalidade de links:

Todas as páginas abertas para os documentos encontrados possuem links ativos para navegação do usuário, leitura dos documentos e seu possível descarregamento ou download.

c) Critério de atualidade das informações

Verifica-se atualidade das informações nos aspectos de temporalidade e de relevância.

d) Critério de manutenção da fonte

Verifica-se a preocupação de manutenção da atualização da seção tendo em vista a possibilidade de pesquisa dos documentos publicados no mesmo dia em que a pesquisa é realizada.

A. Indicador de Credibilidade

a) Critério de autoridade

Os documentos encontrados na seção apresentam de forma completa a indicação de autoria do Presidente da República Federativa do Brasil e do Ministro de Estado da Saúde como responsáveis pela edição dos documentos.

b) Critério de Confiabilidade

Verifica-se indicação de confiabilidade por se tratarem de informações governamentais, editadas pelo chefe da administração pública federal (Presidente) e pelo chefe do ministério da saúde e também e também por se tratarem de documentos publicados por um setor ou instituição governamental oficial de comunicação. Possui identificação de domínio como site governamental.

c) Critério de responsabilidade

Verifica-se que a entidade mantenedora da fonte de informação selecionada é governamental, denominada Imprensa Nacional.

## B. Indicador de Estabilidade

### a) Recuperação

Verifica-se possibilidade de recuperação por data a qualquer momento, visto que são documentos com publicação diária, contendo informações que só possuem validade jurídica quando publicadas e mantidas.

## C. Indicador de Representação

### a) Critério de formato

Por se tratar de um documento jurídico, verifica-se o uso de normas e padrões de publicação, comuns a todos os documentos recuperados, bem como uso de metadados como autor ou emissor do documento publicado, data e local da publicação do documento, identificador digital do documento, responsável pela digitalização do documento e título. Verifica-se precisão no formato dos documentos selecionados. Considera-se que há flexibilidade nos apresentação do formato dos documentos, podendo ser apresentados na própria página do portal e também em versão certificado do Diário Oficial da União em formato PDF e também para impressão.

### b) Critério de adequação de assunto

Tipo de linguagem utilizada: para os documentos digitalizados na administração pública federal, podem ser utilizados tanto a linguagem natural como a linguagem controlada ou tesouros. Não foi observada a disponibilização de tesouros ou cabeçalho de assuntos relacionados aos documentos no momento da pesquisa.

### c) Representação concisa e consistente

Observa-se que os documentos recuperados são representados por meio de seu título principal, enunciado onde consta o termo procurado para recuperação e também por data de publicação do documento. Verifica-se que esses elementos são apresentados de forma ordenada em listagem.

#### D. Indicador de Interatividade

##### a) Critério de conectividade em tempo real

É observada a existência de mídias sociais, como: Facebook, Twitter, LinkedIn, Whatsapp, e também se verifica o recurso de uso de e-mail para compartilhamento dos documentos encontrados.

Nesta parte agora, a avaliação se dará por meio da exposição dos critérios e subcritérios selecionados para a seção de Legislação.

#### A. Indicador de Atualização

##### a) Critério de data de disponibilização/publicação

As datas de publicação dos documentos constarão no anexo do trabalho. Todavia, aponta-se, em todos os documentos recuperados, a data de edição do documento e sua data de publicação oficial. Observam-se diferenças entre datas de edição dos documentos e sua posterior publicação.

##### b) Critério de atividade e funcionalidade de links

Todas as páginas abertas para os documentos encontrados possuem links ativos para navegação do usuário e leitura de documentos.

##### c) Critério de atualidade das Informações

Verifica-se atualidade das informações nos aspectos de temporalidade e de relevância.

##### d) Critério de manutenção da fonte

Verifica-se a preocupação de manutenção da atualização da seção tendo em vista a possibilidade de pesquisa dos documentos publicados no mesmo dia em que a pesquisa é realizada e também por meio de aviso de atualização do próprio site na respectiva seção analisada.

## B. Indicador de Credibilidade

### a) Critério de autoridade

Os documentos encontrados na seção apresentam de forma completa a indicação de autoria do Presidente da República Federativa do Brasil e também de outros Ministros de Estado, Presidentes de Autarquias, Órgãos e Fundações.

### b) Confiabilidade

Verifica-se indicação de confiabilidade por se tratarem de informações governamentais, editadas pelo chefe da administração pública federal (Presidente) e também por diferentes Ministros de Estado, Presidentes de Autarquias, órgãos e Fundações, mas também por se tratarem de informações publicadas por um órgão/setor/instituição governamental de comunicação. Possui identificação de domínio como site governamental.

### c) Responsabilidade

Verifica-se que a entidade mantenedora da fonte de informação selecionada é governamental, denominada Imprensa Nacional.

## C. Indicador de Estabilidade

### a) Recuperação

Verifica-se possibilidade de recuperação por data a qualquer momento, visto que são documentos com publicação diária, contendo informações que só possuem validade jurídica posto quando uma vez publicada e mantidas.

## D. Indicador de Representação

### a) Critério de formato

Por se tratar de um documento jurídico, verifica-se o uso de normas e padrões de publicação, comuns a todos os documentos recuperados. Verifica-se uso de metadados como: autor ou emissor do documento publicado; data da publicação, título e ementa dos documentos recuperados, situação do documento, origem, fonte/link para acesso direto ao documento no formato PDF, referenda do documento, lista de assuntos e classificação de direito. Verifica-se precisão no formato dos documentos selecionados e inflexibilidade na apresentação do formato dos documentos, podendo ser apresentados na própria página do portal e também em versão certificado do Diário Oficial da União em formato PDF, para posterior descarregamento ou download.

b) Critério de adequação de representação de assunto

Tipo de Linguagem utilizada: para os documentos digitalizados na administração pública federal, podem ser utilizados tanto a linguagem natural como a linguagem controlada ou tesouros. Foi observada a disponibilização de uma listagem de termos/assuntos relacionado a cada documento selecionado. Não foi observado nessa listagem nenhum link para acesso a outros documentos.

c) Representação concisa e consistente

Verifica-se que os documentos recuperados são representados por meio de seu título principal, ementa onde consta o termo procurado para recuperação e também por data de publicação do documento. Verifica-se que esses elementos são apresentados de forma organizada e em listagem.

E. Indicador de Interatividade

a) Critério de conectividade em tempo real

Não há indício da existência de mídias sociais, como: Facebook, Twitter, LinkedIn, WhatsApp, nem de recursos de compartilhamento direto dos documentos encontrados para essas redes. Existe um aplicativo denominado "Planalto Legis", onde podem ser pesquisados e recuperados documentos relacionado a legislação federal, pelo celular. No entanto, não há nenhum link ou página que redireciona ao descarregamento ou download desse aplicativo.

Outro recurso denomina-se "Push da Legislação", nele são cadastrados os dados do usuário para que o mesmo receba notificações via e-mail sobre a disponibilização de novas legislações, a medida em que sejam publicadas.

Na seção de notícias do site da Imprensa Nacional, não foram encontrados resultados em nenhuma das pesquisas com os termos selecionados, tanto conjuntamente, quando separadamente, no período disposto para a realização da pesquisa. Salvaguardando que existem notícias publicadas nesta seção sobre assuntos diversos.

**QUADRO 5** - Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da Imprensa Nacional na Seção de Diário Oficial da União

<b>INDICADORES ÍNTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação (C)	Data em que a publicação foi disponibilizada (C)
	Atividade e funcionalidade de Links (C)	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade. (C)
	Atualidade das Informações (C)	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal. (C)
	Manutenção das Fontes (C)	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte de informação. (C)
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade (C)	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte. (C)
	Confiabilidade (C)	Autor, organizador ou compilador com reconhecida

		credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente. (C)
	Responsabilidade (C)	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL. (C)
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação (C)	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário. (C)
<b>d) Representação</b>	Formato (C)	Consistência no emprego de padrões, normas e metadados. (C)
	Adequação da Representação de Assunto (N/C)	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto (N/C)
	Representação Concisa e Consistente (C)	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento. (C)
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real (C)	Existência de recursos de comunicação com usuários, por meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais. (C)

Fonte: elaboração própria (2021).

**QUADRO 6** - Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da Imprensa Nacional na Seção de Legislação

<b>INDICADORES ÍNTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação (C)	Data em que a publicação foi disponibilizada (C)
	Atividade e funcionalidade de Links (C)	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não

		podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade. (C)
	Atualidade das Informações (C)	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal. (C)
	Manutenção das Fontes (C)	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte de informação. (C)
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade (C)	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte. (C)
	Confiabilidade (C)	Autor, organizador ou compilador com reconhecida credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente. (C)
	Responsabilidade (C)	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL. (C)
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação (C)	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário. (C)
<b>d) Representação</b>	Formato (C)	Consistência no emprego de padrões, normas e metadados.
	Adequação da Representação de Assunto (C/P)	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto (C/P)
	Representação Concisa e Consistente (C)	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento. (C)
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real (C/P)	Existência de recursos de comunicação com usuários, por



		meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais. (C/P)
--	--	--

Fonte: elaboração própria (2021).

**QUADRO 7** – Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da Imprensa Nacional na Seção de Notícias

<b>INDICADORES ÍNTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação (N/C)	Data em que a publicação foi disponibilizada (N/C)
	Atividade e funcionalidade de Links (N/C)	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade. (N/C)
	Atualidade das Informações (N/C)	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal. (N/C)
	Manutenção das Fontes (N/C)	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte de informação. (N/C)
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade (N/C)	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte. (N/C)
	Confiabilidade (N/C)	Autor, organizador ou compilador com reconhecida credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente. (N/C)

	Responsabilidade (N/C)	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL. (N/C)
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação (N/C)	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário. (N/C)
<b>d) Representação</b>	Formato (N/C)	Consistência no emprego de padrões, normas e metadados. (N/C)
	Adequação da Representação de Assunto (N/C)	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto. (N/C)
	Representação Concisa e Consistente (N/C)	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento. (N/C)
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real (N/C)	Existência de recursos de comunicação com usuários, por meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais. (N/C)

Fonte: elaboração própria (2021).

#### 5.4. AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTRÍNSECOS DAS SEÇÕES DO PORTAL JUSBRASIL

Nesta primeira parte, a avaliação se dará por meio da exposição dos critérios e subcritérios selecionados para a seção de Diários Oficiais.

##### A. Indicador de Atualização

###### a) Critério de data de disponibilização/publicação

As datas de publicação dos documentos constarão no anexo do trabalho. Todavia, aponta-se, em todos os documentos recuperados, a data de edição do documento e sua data de publicação oficial. Observa-se diferenças entre datas de edição dos documentos e sua posterior publicação.

b) Critério de atividade e funcionalidade de links

Verifica-se que todos os links que remetem aos documentos encontrados na seção continuam válidos e funcionando corretamente.

c) Critério de atualidade das informações

Verifica-se atualidade das informações nos aspectos de temporalidade e de relevância.

d) Critério de manutenção da fonte

Não verificam-se indícios de que haja manutenção da fonte constantemente, apesar de incluir dados atualizados dos documentos de diários oficiais.

## B. Indicador de Credibilidade

a) Critério de autoridade

Os documentos encontrados na seção não apresentam de forma clara a indicação de autoria do Presidente da República Federativa do Brasil e do Ministro de Estado da Saúde como responsáveis pela edição dos documentos, tendo-se que continuar a pesquisa por meio do clique e acesso a próxima página, que contenha o documento, para verificar a autoria.

b) Critério de confiabilidade

Observa-se indicação de confiabilidade por se tratarem de informações governamentais, editadas pelo chefe da administração pública federal (Presidente) e pelo chefe do ministério da saúde. Possui identificação de domínio como site sendo um site/portal de uma organização comercial/empresarial.

c) Critério de responsabilidade

Verifica-se que a entidade mantenedora da fonte de informação selecionada é comercial/empresarial, denominada Jusbrasil.

#### C. Indicador de Estabilidade

##### a) Critério de Recuperação

Verifica-se possibilidade de recuperação por data a qualquer momento, visto que são documentos com publicação diária, contendo informações que só possuem validade jurídica uma vez publicada e mantidas.

#### D. Indicador de Representação

##### a) Critério de formato:

Não se verifica o uso de normas e padrões de publicação, comuns a todos os documentos recuperados. Os documentos recuperados e quando acessados página a página, não possuem estrutura de publicação na página. Observa-se um desalinhamento textual em todo o documento. É observado o uso de metadados como: data e local da publicação do documento, paginação do documento e título. Verifica-se imprecisão no formato dos documentos selecionados. Verifica-se flexibilidade condicionada na apresentação do formato dos documentos, podendo ser apresentados na própria página do portal e também em versão certificada do Diário Oficial da União em formato PDF. Todavia, a versão certificada está condicionada diretamente ao cadastro do usuário no portal/site.

##### b) Critério de adequação de representação de assunto:

Em relação ao tipo de linguagem utilizada: para os documentos digitalizados na administração pública federal, podem ser utilizados tanto a linguagem natural como a linguagem controlada ou tesouros. Não foi observada a disponibilização de tesouros, cabeçalho ou listagem de assuntos relacionados aos documentos no momento da pesquisa.

##### c) Representação concisa e consistente

Verifica-se que os documentos recuperados são representados por meio de sua data de publicação, página e seção onde consta sua publicação e pelo enunciado/ementa onde consta o termo procurado para recuperação. Verifica-se que esses elementos são apresentados de forma ordenada em listagem por relevância por ou data.

#### E. Indicador de Interatividade

##### d) Critério de conectividade em tempo real

Não há indicação da existência de mídias sociais, como: Facebook, Twitter, LinkedIn, Whatsapp na seção analisada, nem ferramentas que permitam o compartilhamento direto em mídias sociais dos documentos analisados e também não verifica-se o recurso de uso de e-mail para compartilhamento dos documentos encontrados.

Nesta seção a avaliação se dará por meio da exposição dos critérios e subcritérios selecionados para a seção de Legislação.

#### A. Indicador de Atualização

##### a) Critério de data de disponibilização/publicação

As datas de publicação dos documentos constarão no anexo do trabalho. Todavia, aponta-se, em todos os documentos recuperados, a data de edição do documento e sua data de publicação oficial. Observa-se diferenças entre datas de edição dos documentos e sua posterior publicação.

##### b) Critério de atividade e funcionalidade de links

Verifica-se que todos os links que remetem aos documentos encontrados na seção continuam válidos e funcionando corretamente.

##### c) Critério de atualidade das informações

Verifica-se atualidade das informações no aspecto temporal e de relevância.

d) Critério de manutenção da fonte

Verificam-se indícios de que haja manutenção da fonte constantemente, como copyright atualizado e inclusão de dados atualizados dos documentos de diários oficiais.

B. Indicador de Credibilidade

a) Critério de autoridade

Os documentos encontrados na seção apresentam de forma clara a indicação de autoria do Presidente da República Federativa do Brasil como responsável pela edição dos documentos.

b) Critério de confiabilidade:

Verifica-se indicação de confiabilidade por se tratarem de informações governamentais, editadas pelo chefe da administração pública federal (Presidente da República). Possui identificação de domínio como site sendo um site/portal de uma organização comercial/empresarial.

c) Critério de responsabilidade

Verifica-se que a entidade mantenedora da fonte de informação selecionada é comercial/empresarial, denominada Jusbrasil.

C. Indicador de Estabilidade

a) Critério de recuperação

Verifica-se possibilidade de recuperação por data a qualquer momento, visto que são documentos com publicação diária, contendo informações que só possuem validade jurídica quando uma vez publicadas e mantidas.

#### D. Indicador de Representação

##### a) Critério de formato

Verifica-se o uso de um padrão de publicação, comuns a todos os documentos recuperados. Os documentos recuperados e quando acessados página a página, possuem estrutura de publicação na página própria, contendo título principal, autor da publicação e ementa da publicação em destaque de cor. Observa-se um alinhamento textual à esquerda da página e em todo o documento. Verifica-se uso de metadados como: data, local da publicação do documento título. Verifica-se precisão no formato dos documentos selecionados. Verifica-se inflexibilidade na apresentação do formato dos documentos, podendo ser apresentados na própria página do portal mas não disponíveis também em versão certificada do Diário Oficial da União em formato PDF.

##### b) Critério de adequação de representação de assunto:

Relativo ao tipo de linguagem utilizada: para os documentos digitalizados na administração pública federal, podem ser utilizados tanto a linguagem natural como a linguagem controlada ou tesouros. Foi observada a disponibilização de listagem de assuntos contidos e relacionados aos documentos logo abaixo aos documentos em questão

##### c) Critério de representação concisa e consistente

Verifica-se que os documentos recuperados são representados por meio de sua data de publicação, título e pelo enunciado/ementa onde consta o termo procurado para recuperação. Verifica-se que esses elementos são apresentados de forma ordenada em listagem por relevância por ou data.

#### E. Indicador de Interatividade

##### a) Critério de conectividade em tempo real

Verifica-se a existência de mídias sociais, como: Facebook, Twitter, Google+ e LinkedIn, para compartilhamento direto do conteúdo dos documentos encontrados e também a o recurso de uso de e-mail para compartilhamento dos documentos encontrados. Existe um

recurso/ferramenta de mensagem e de solicitação de consulta ou diligência jurídica. O primeiro recurso permite a navegação ainda na mesma página onde o documento foi encontrado por meio da possibilidade de envio de mensagens a advogados cadastrados no portal. O segundo recurso permite a navegação por outras páginas, para preenchimento de informações geográficas, que permitem o encaminhamento do usuário ao serviço ou assistência jurídica onde está residindo.

Nesta última parte, a avaliação se dará por meio da exposição dos critérios e subcritérios selecionados para a seção de Notícias.

#### A. Indicador de Atualização

##### a) Critério de data de disponibilização/publicação

As datas de publicação dos documentos constarão no anexo do trabalho. Todavia, aponta-se, em todos os documentos recuperados, a data de publicação das notícias.

##### b) Critério de atividade de funcionalidade de links

Verifica-se que todos os links que remetem aos documentos encontrados na seção continuam válidos e funcionando corretamente.

##### c) Critério de atualidade das informações

Verifica-se atualidade das informações nos aspectos de temporalidade e de relevância social.

##### d) Critério de manutenção da fonte:

Verifica-se de que não há indícios de atualização da fonte e da seção em análise nem do documento ou da notícia encontrada.

#### B. Indicador de Credibilidade

##### a) Critério de autoridade



Os documentos encontrados na seção de notícias apresentam indicação de autoria, que pode ser apenas de um indivíduo com formação jurídica, como advogado ou promotor, como também páginas ou grupo de indivíduos que falem sobre assuntos jurídicos.

b) Critério de confiabilidade

Não pode ser verificada ou atestada uma indicação de total confiabilidade, posto que por se tratar de uma notícia, tem-se a maior probabilidade de se encontrar inconsistências e também pela necessidade de sua atualização ante a um fato ou informação nova/recente. Há a indicação de credenciais profissionais dos editores das notícias, todavia, tem-se a necessidade de complementar a verificação de confiabilidade por meio de outros recursos.

Possui identificação de domínio como site sendo um site/portal de uma organização comercial/empresarial.

c) Critério de responsabilidade

Verifica-se que a entidade mantenedora da fonte de informação selecionada é comercial/empresarial, denominada Jusbrasil.

C. Indicador de Estabilidade

d) Critério de recuperação

Verifica-se possibilidade de recuperação por data a qualquer momento e título. Todavia, não é mencionado no site ou nas páginas de notícias sobre a temporalidade de permanência dessas notícias.

D. Indicador de Representação

a) Critério de formato

Verifica-se o uso de um padrão de publicação, comuns a todos os documentos recuperados. Os documentos recuperados e quando acessados página a página, possuem estrutura de publicação na página própria, contendo título principal, autor da publicação, resumo da notícia, fotos ou imagens ilustrativos no decorrer da página. Observa-se uso de metadados como: título, data e autoria da publicação, acompanhando também um breve

recorte da notícia completa, onde constam os termos recuperados que foram utilizados para a pesquisa. Verifica-se precisão no formato dos documentos selecionados. É verificada inflexibilidade na apresentação do formato dos documentos, podendo ser apresentados na própria página do portal, não havendo outro formato para disponibilização.

b) Critério de adequação de representação de assunto

Em relação ao tipo de linguagem utilizada: Foi observada a disponibilização de nuvem de tags relacionadas aos assuntos encontrados nos documentos encontrados/notícias, onde por meio de um processo de folksonomia, o usuário cadastrado tem a liberdade de indexar termos relacionados aquele documento ou notícia encontrada. Estes termos levam a outras páginas com documentos relacionados aos assuntos indexados. Não se pode observar o uso da linguagem de indexação utilizada.

c) Critério de representação concisa e consistente

Verifica-se que os documentos recuperados são representados por meio de sua data de publicação, título, autoria da notícia e também por um breve recorte do texto completo, onde constam os termos utilizados na pesquisa. Observa-se que esses elementos são apresentados de forma ordenada em listagem por relevância por ou data.

E. Indicador de Interatividade

a) Critério de conectividade em tempo real

Verifica-se a existência de mídias sociais, como: Facebook, Twitter, e LinkedIn, para compartilhamento direto do conteúdo dos documentos encontrados e também é observado o recurso de uso de e-mail para compartilhamento dos documentos encontrados. É verificada também a existência de botões de curtida ou “like” da notícia, e também um recurso de interação por meio de barra de comentários. Observa-se também a indicação da quantidade de visualizações da notícia. Também há a possibilidade de navegação no perfil individual ou do grupo ou página que publicou a notícia. A estrutura interativa faz uma alusão a estrutura de uma mídia social

**QUADRO 8** – Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da  
Empresa Jusbrasill na Seção de Diários Oficiais

<b>INDICADORES ÍNTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação (C)	Data em que a publicação foi disponibilizada. (C)
	Atividade e funcionalidade de Links (C)	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade. (C)
	Atualidade das Informações (C)	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal. (C)
	Manutenção das Fontes (N/C)	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte de informação. (N/C)
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade (C)	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte. (C)
	Confiabilidade (C)	Autor, organizador ou compilador com reconhecida credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente. (C)
	Responsabilidade (C)	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL. (C)
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação (C)	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário. (C)
<b>d) Representação</b>	Formato (C/P)	Consistência no emprego de

		padrões, normas e metadados. <b>(C/P)</b>
	Adequação da Representação de Assunto <b>(N/C)</b>	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto. <b>(N/C)</b>
	Representação Concisa e Consistente <b>(C/P)</b>	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento. <b>(C/P)</b>
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real <b>(N/C)</b>	Existência de recursos de comunicação com usuários, por meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais. <b>(N/C)</b>

Fonte: elaboração própria (2021)

**QUADRO 9** – Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da  
Empresa Jusbrasill na Seção de Legislação

<b>INDICADORES ÍNTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação (C)	Data em que a publicação foi disponibilizada (C)
	Atividade e funcionalidade de Links (C)	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade. (C)
	Atualidade das Informações (C)	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal. (C)
	Manutenção das Fontes (C)	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte de informação. (C)
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade (C)	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte. (C)
	Confiabilidade (C)	Autor, organizador ou compilador com reconhecida credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente. (C)
	Responsabilidade (C)	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL. (C)
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação (C)	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário. (C)
<b>d) Representação</b>	Formato (C)	Consistência no emprego de

		padrões, normas e metadados. (C)
	Adequação da Representação de Assunto (C/P)	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto (C/P)
	Representação Concisa e Consistente (C)	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento. (C)
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real (C)	Existência de recursos de comunicação com usuários, por meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais. (C)

Fonte: elaboração própria (2021)

**QUADRO 10** – Quadro de Aplicação dos Critérios de Qualidade no Site da Empresa Jusbrasill na Seção de Notícias

<b>INDICADORES ÍNTRINSECOS</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>SUBCRITÉRIOS</b>
<b>a) Atualização</b>	Data de Publicação (C)	Data em que a publicação foi disponibilizada (C)
	Atividade e funcionalidade de Links (C)	Os links necessitam estar ativos e indicar para outras páginas ou sites que estejam no ar, não podendo apresentar links quebrados ou com má funcionalidade. (C)
	Atualidade das Informações (C)	Conteúdos e informações apresentadas necessitam ser atuais dentro de um contexto social e temporal. (C)
	Manutenção das Fontes (N/C)	Identificação de indícios de que haja preocupação com a atualização constante da fonte

		de informação. (N/C)
<b>b) Credibilidade</b>	Autoridade (C/P)	Apresentação de informações completas e claras sobre o autor, organizador ou compilador da fonte. (C/P)
	Confiabilidade (C/P)	Autor, organizador ou compilador com reconhecida credibilidade em sua especialidade, com produção de conteúdos consistente. (C/P)
	Responsabilidade (C)	Identificação da entidade ou pessoa física que disponibiliza ou mantém a fonte – URL. (C)
<b>c) Estabilidade</b>	Recuperação (C/P)	Possibilidade de recuperação do conteúdo, tantas vezes quanto for necessário. (C/P)
<b>d) Representação</b>	Formato (C)	Consistência no emprego de padrões, normas e metadados. (C)
	Adequação da Representação de Assunto (C/P)	Utilização e disponibilização de tesouros e cabeçalhos de assunto. (C/P)
	Representação Concisa e Consistente (C)	Apresentação consistente dos elementos que representam ou referenciam um documento. (C)
<b>e) Interatividade</b>	Conectividade em Tempo Real (C)	Existência de recursos de comunicação com usuários, por meio de e-mail para consulta ou solicitação de informações e presença de mídias sociais. (C)

Fonte: elaboração própria (2021)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com a realização deste trabalho verificar a adoção dos indicadores e critérios de avaliação de fontes de informação na internet nos sites ou portais escolhidos, visto que com cada vez mais frequência se faz necessário avaliar os conteúdos ou produtos informacionais que chegam ao usuário, de modo a disponibilizar as fontes mais adequadas.

Nessa perspectiva, pôde-se observar que os sites escolhidos e principalmente as seções escolhidas, em sua maioria, adotam parcialmente os critérios e subcritérios selecionados, a verificar a seção de Notícias do site Imprensa Nacional, onde não foram obtidos documentos relacionados aos assuntos selecionados, usando os termos dos assuntos indicados para a pesquisa, que são de substancial importância no contexto social atual. Imprecisões estas que podem também ser objeto de desdobramentos e/ou aprofundamentos da pesquisa, para que se verifique e ocorrência dessas possíveis inexactidões do site ora analisado em outros assuntos e termos.

Dessa maneira, é possível inferir que os sites e especificamente as seções escolhidas para a análise dispõem de alguns critérios essenciais para que seja atestada de forma inicial, sua validação como uma fonte de informação de boa qualidade. Cumprindo seu papel ou missão de permitir o uso, de forma rápida, direta, compreensível e facilitada, aos recursos que disponibiliza e também a recuperação de documentos e conteúdos que permitam saciar a necessidade informacional de um usuário ou comunidade de usuários, sendo ou não especialistas no Direito ou em informações jurídicas.

Todavia, há a necessidade de, partindo da aplicação dos critérios e da verificação da inexistência de determinados indicadores, algumas recomendações podem ser apresentadas. A primeira recomendação finca-se na necessidade de adoção por parte dos dois sites selecionados, de recursos que possibilitem a interpretação ou compreensão de forma completa da estrutura do site e das informações por eles disponibilizadas por usuários que possuam alguma dificuldade ou deficiência, que não as já cobertas pelos sites por meio de recursos e softwares de acessibilidade. Nessa linha, também é recomendada a adoção de estruturas uniformizadas na apresentação dos documentos, visto que em algumas seções analisadas, foram encontradas distinções quanto à estrutura e forma de representação dos conteúdos.

Dessa forma, também são expressas recomendações no sentido da criação e disponibilização de guias de uso e/ou manuais de orientação para navegação em ambos os portais. Por essa sugestão, vislumbra-se a possibilidade plena de acesso por parte dos usuários aos recursos de acesso a conteúdos diversos e também a obtenção de documentos e



informações jurídicas que estejam diretamente ligadas às necessidades dos usuários e também o desenvolvido da competência em informação de cada um. Posto que é de suma importância o início, desenvolvimento e aprimoramento da competência em informação individual, para que o usuário possa recuperar a informação de que necessita de forma selecionada e direta e que seja capacitado para fazer esta atividade de maneira crítica.

Outrossim, verifica-se a necessidade de adoção ou criação por parte dos sites selecionados, de ferramentas de tesouros, glossários, dicionários ou listas de tags ou assuntos, que permitem ao usuário a visualização de forma organizada e recuperável dos documentos jurídicos e assuntos pertinentes as necessidades do usuário. Nesse entendimento, também sugere-se a criação e disponibilização de mídias sociais e recursos interativos digitais, que permitam uma maior interação entre o usuário ou comunidade de usuários e os sites escolhidos.

Por fim, destaca-se a necessidade de continuidade da pesquisa para que se agreguem mais aspectos que permitam mensurar a qualidade de cada critério selecionado. Devido ao contexto de sanitário atual, mostrou-se inviável a utilização de outros métodos de pesquisa social que permitissem a medição ou apreciação da escala dos indicadores e códigos elaborados.

Á visto disso, espera-se que este trabalho de conclusão de curso de graduação tenha contribuído para as debates e estudos iniciais a cerca da avaliação da qualidade das fontes de informação jurídica selecionadas, bem como para o enriquecimento e continuidade dos estudos relacionados a qualidade de fontes de informação disponibilizadas na internet.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN ASSOCIATION OF LAW LIBRARIES. Aall: your legal knowledge network. **Competencies of law librarianship**. Chicago, 2017. Site. Disponível em: <https://www.aallnet.org/about-us/what-we-do/policies/public-policies/competencies-of-law-librarianship/#:~:text=1%20Core%20Competencies&text=1.2%20Recognizes%20and%20addresses%20the,system%20and%20the%20legal%20profession>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- AMARAL, G. L. do; OLENIKE, João Eloi; STEINBRUCH, Fernando; AMARAL, Letícia M. F. do. Quantidade de normas editadas no Brasil: 18 anos da Constituição Federal de 1988. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2004. Disponível em: [http://www.ibpt.com.br/arquivos/estudos/QUANTIDADE\\_DE\\_NORMAS\\_-\\_18\\_ANOS\\_DA\\_CF\\_1988.pdf](http://www.ibpt.com.br/arquivos/estudos/QUANTIDADE_DE_NORMAS_-_18_ANOS_DA_CF_1988.pdf). Acesso em: 06 jan. 2021.
- ARAÚJO, N. C. FACHIN, J. Evolução das fontes de informação. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, p. 84-89, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56514>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- ARAÚJO, C. A. V. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41582>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BAPTISTA, Sofia Galvão; PASSOS, Edilenice; SOARES, Maria das Graças; SOUSA, Luciana Araújo Gomes de. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa. **Cadernos de Informação Jurídica (Cajur)**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 189–193, 2018. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/151>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- BLATTMANN, Ursula; FRAGOSO, Graça Maria. **O Zapear a informação em bibliotecas e na Internet**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Disponível em: <http://bib-ci.wikidot.com/fontes-primarias>. Acesso em: 03 jun. 2021.
- DUTRA, F. G.; BARBOSA, R. R. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: 10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n2.32676 Acesso em: 12 abr. 2021.
- GERALDO, G. PINTO, M. D. de S. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 45, jan./ mar. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1413-9936&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-9936&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 jan. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

IMPrensa NACIONAL. **Primeira Seção do Site Imprensa Nacional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br>. Acesso em: 22 maio, 2021.

IMPrensa NACIONAL. **Segunda Seção do Site Imprensa Nacional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br>. Acesso em: 22 maio. 2021.

IMPrensa NACIONAL. **Terceira Seção do Site Imprensa Nacional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br>. Acesso em: 22 maio. 2021

IMPrensa NACIONAL. **Quarta Seção do Site Imprensa Nacional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br>. Acesso em: 22 maio. 2021.

IMPrensa NACIONAL. **Quinta Seção do Site Imprensa Nacional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br> . Acesso em: 22 maio. 2021

IMPrensa NACIONAL. **Recurso Wiki – Software V-Libras**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br> . Acesso em: 22 maio. 2021

IMPrensa NACIONAL. **Recurso page up**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/impresnacional/pt-br> . Acesso em: 22 maio. 2021

JUSBRASIL. **Como fazemos**. 2021. Site. Disponível em: <https://sobre.jusbrasil.com.br/como-fazemos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JUSBRASIL. **Primeira Seção do Site Jusbrasil**. 2021. Site. Disponível em: <https://sobre.jusbrasil.com.br/como-fazemos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JUSBRASIL. **Segunda Seção do Site Jusbrasil**. 2021. Site. Disponível em: <https://sobre.jusbrasil.com.br/como-fazemos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JUSBRASIL. **Segunda Seção do Site Jusbrasil**. 2021. Site. Disponível em: <https://sobre.jusbrasil.com.br/como-fazemos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

JUSBRASIL. **Segunda Seção do Site Jusbrasil**. 2021. Site. Disponível em: <https://sobre.jusbrasil.com.br/como-fazemos>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MIRANDA, A. C. C. de. E. S. de. Fontes de Informação Jurídica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n. 50, p 1-86, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p76>. Acesso em: 06 jan. 2021.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Imprensa Nacional – IN**. Brasília, 2021. Site. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/imprensa-nacional-in>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SILVA, C. R. S. NUNES, J. V. TEIXEIRA, T. M. C. Do conceito de informação ao discurso sobre competência em informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 11, n. 2, p. 185-205, 2020. Disponível em: 10.11606/issn.2178-2075.v11i2p185-205. Acesso em: 12 abr. 2021.

SOUZA, Simone Torres de. **A caracterização do documento jurídico para a organização da informação**. 2013. Dissertação, Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-9CAHBP>. Acesso em: 03 jun. 2021.

TOMAÉL, M. I. ALCARÁ, A. R (org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016.

WERTHIEN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 72, maio./ ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em 06 jan. 2021.

ZATTAR, M. Competência em mídia e em informação no ensino em biblioteconomia: um breve relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Especial, p. 272-279, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3137>. Acesso em: 20 abr. 2021.

**ANEXO A – QUADRO DE DOCUMENTOS RECUPERADOS – SITE DA IMPRENSA NACIONAL**

PORTAL IMPRENSA NACIONAL - DOCUMENTOS RECUPERADOS 01/03/2021 – 31/03/2021		
SEÇÃO DE DIÁRIOS OFICIAIS	SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO	SEÇÃO DE NOTÍCIAS
Documento	Documento	Documento
Medida Provisória Nº 1.036, de 17 de Março de 2021. Publicado em 18/03/2021	Lei Nº 14.121, de 01 de Março de 2021. Publicado em 02/03/2021	Não foram encontrados resultados em nenhuma das pesquisas com os termos selecionados, tanto conjuntamente, quando separadamente, no período disposto para a realização das pesquisa
Decreto Nº 10.659, de Março de Março de 2021. Publicado em 26/03/2021	Portaria Nº 373, de 02 de Março de 2021. Publicado em 02/03/2021	
Medida Provisória Nº 1.041, de 30 de Março de 2021. Publicado em 31/03/2021	Decreto nº 10.642, de 3 de Março 2021 Publicado no DOU de 04/03/2021	
Decreto Nº 10.642, de 03 de Março de 2021. Publicado em 04/03/2021.	Lei nº 14.122, de 3 de Março de 2021 Publicada no DOU de 04/03/2021	
Portaria GM/MS Nº 361, de 01 de Março de 2021. Publicado em 02.03.2021	Lei nº 14.123, de 10 de Março de 2021. Publicada no DOU de 10/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 373, de 02 de Março de 2021. Publicado em 04.03.2021	Lei nº 14.124, de 10 de Março de 2021 Publicada no DOU de 10/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 390, de 04 de Março de 2021. Publicado em 05.03.2021	Lei nº 14.125, de 10 de Março de 2021 Publicada no DOU de 10/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 431, de 11 de Março de 2021	Emenda Constitucional nº 109, de 15 de Março de 2021 Publicado no DOU 16/03/2021	
Portaria GM/MS Nº 472, de 17 de Março de 2011. Publicado em 18/03/2021.	Medida Provisória nº 1.036 de 17 de Março de 2021 Publicada no DOU de 18/03/2021	
Portaria GM/MS/ Nº 478, de 17 de Março de 2021. Publicado em 18/03/2021	Medida Provisória nº 1.037 de 18 de Março de 2021 Publicada no DOU de	

	18/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM Nº 551, de 25 de Março de 2021. Publicado em 26/03/2021	Medida Provisória nº 1.038 de 18 de Março de 2021 Publicada no DOU de 18/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 557, de 26 de Março de 2021. Publicado em 29/03/2021	Medida Provisória nº 1.039 de 18 de Março de 2021 Publicada no DOU de 18/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 558, de 26 de Março de 2021. Publicado dia 29/03/2021	Portaria nº 518, de 23 de Março de 2021 Publicada no DOU de 24/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 559, de 26 de Março de 2021. Publicado em 29/03/2021	Decreto nº 10.659, de 25 de Março de 2021 Publicado no DOU de 26/03/2021	
Portaria GM/MS Nº 561, de 26 de Março de 2021. Publicado em 29/03/2021.	Portaria nº 214, de 26 de Março de 2021 Publicada no DOU de 26/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MS Nº 567, de 29 de Março de 2021. Publicado em 30/03/2021.	Portaria nº 215, de 26 Março de 2021 Publicada no DOU de 26/03/2021 - Edição extra	
Portaria GM/MG Nº 568, de 29 de Março de 2021. Publicado em 30/03/2021	Portaria nº 216, de 26 de Março 2021 Publicada no DOU de 26/03/2021 - Edição extra	
Retificação. Publicado em 29/03/2021	Portaria nº 620, de 26 de Março de 2021 Publicada no DOU de 26/03/2021 - Edição extra	
	Decreto nº 10.661, de 26 de Março de 2021 Publicado no DOU de 26/03/2021 - Edição extra	
	Lei nº 14.128, de 26 de Março de 2021 Publicada no DOU de 26/03/2021 - Edição extra D	
	Medida Provisória nº 1.041 de 30 de Março de 2021 Publicada no DOU de 31/03/2021	
	Lei nº 14.131, de 30 de Março de 2021 Publicada no DOU de 31/03/2021	
	Portaria nº 622, de 31 de Março de 2021 Publicada no DOU de 31/03/2021 - Edição extra	

	Decreto nº 10.664, de 31 de Março de 2021 Publicado no DOU de 01/04/2021 - Edição extra	
--	--	--

**ANEXO B – QUADRO DE DOCUMENTOS RECUPERADOS – SITE DA EMPRESA  
JUSBRASIL**

PORTAL IMPRENSA NACIONAL - DOCUMENTOS RECUPERADOS 01/03/2021 – 31/03/2021		
SEÇÃO DE DIÁRIOS OFICIAIS	SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO	SEÇÃO DE NOTÍCIAS
Documento	Documento	Documento
LEI Nº 14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020. Publicado dia 26/03/2021	Emenda Constitucional 109 15 marco 2021   Emenda Constitucional nº 109, de 15 de Março de 2021. Publicado em 15/03/2021	Lewandowski completa 15 anos como ministro do STF
LEI Nº 14.057, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020. Publicado dia 26/03/2021	Medida Provisória nº 1.036, de 17 de Março de 2021. Publicado em 17/03/2021	Entra em vigor lei que permite que estados, municípios e empresas comprem vacinas contra Covid-19
RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 4, DE 25 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 29/03/2021	Decreto nº 10.659, de 25 de Março de 2021. Publicado em 25/03/2021	Reflexos sobre as políticas públicas na vacinação do COVID-19
DECRETO Nº 10.664, DE 31 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 01/04/2021	Decreto nº 10.664, de 31 de Março de 2021. Publicado em 31/03/2021	Covid-19: Comprovante de vacinação pode se tornar obrigatório para serviço presencial
DECRETO Nº 10.642, DE 3 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 04/03/2021	Lei nº 14.122, de 3 de Março de 2021. Publicado em 03/03/2021	STF iniciou nesta sexta (26) análises de processos sobre Covid-19 de todo o país
LEI Nº 14.124, DE 10 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 10/03/2021	Lei nº 14.124, de 10 de Março de 2021 Publicada no DOU de 10/03/2021 - Edição extra	Sessão virtual do Plenário que se inicia nesta sexta (26) analisa processos sobre Covid-19
LEI Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 10/03/2021	Lei nº 14.125, de 10 de Março de 2021 Publicada no DOU de 10/03/2021 - Edição extra	Comitê contra a pandemia liderado por Bolsonaro se reúne pela 1ª vez nesta quarta
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.037, DE 18 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 18/03/2021	Medida Provisória nº 1.037, de 18 de Março de 2021	.
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.038, DE 18 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 18/03/2021	Medida Provisória nº 1.038, de 18 de Março de 2021. Publicado em 18/03/2021	.
LEI Nº 14.128, DE 26 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 26/03/2021	Medida Provisória nº 1.039, de 18 de Março de 2021. Publicado em 18/03/2021	.



RESOLUÇÃO CM-CMED Nº 1, DE 31 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 31/03/2021	Decreto nº 10.661, de 26 de Março de 2021. Publicado em 26/03/2021	
DECRETO Nº 10.659, DE 25 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 26/03/2021	Lei nº 14.128, de 26 de Março de 2021. Publicado em 26/03/2021	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.041, DE 30 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 31/03/2021	Medida Provisória nº 1.041, de 30 de Março de 2021. Publicado em 30/01/2021	
PORTARIA GM/MS Nº 361, DE 1º DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 02/03/2021	Decreto nº 10.642, de 3 de Março de 2021. Publicado em 03/03/2021 Publicado no DOU de 26/03/2021	
PORTARIA GM/MS Nº 398, DE 8 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 09/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 431, DE 11 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 12/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 471, DE 17 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 17/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 472, DE 17 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 18/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 501, DE 19 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 19/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 501, DE 19 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 19/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 499, DE 19 DE MARÇO DE 2021. Publicado em 19/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 518, DE 23 DE MARÇO DE 2021. Publicado em 24/03/2021		
PORTARIA GM Nº 551, DE 25 DE MARÇO DE 2021. Publicado dia 26/03/2021		
PORTARIA GM/MS Nº 567, DE 29 DE MARÇO DE 2021. Publicado em 30/03/2021		